



ACADEMIA MILITAR

COMBATES EM NHAMACURRA DURANTE A 4ª EXPEDIÇÃO A MOÇAMBIQUE NA 1ª GUERRA MUNDIAL

**Autor: Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria João Paulo Chada
Santos Melo**

Orientador: Coronel de Infantaria (Doutor) Nuno Correia Barrento de Lemos Pires

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho 2015



ACADEMIA MILITAR

**COMBATES EM NHAMACURRA DURANTE A 4^a
EXPEDIÇÃO A MOÇAMBIQUE NA 1^a GUERRA
MUNDIAL**

**Autor: Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria João Paulo Chada
Santos Melo**

Orientador: Coronel de Infantaria (Doutor) Nuno Correia Barrento de Lemos Pires

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho 2015**

Dedicatória

Aos meus pais por todo o apoio
incondicional e dedicação para esta jornada.

Agradecimentos

Ao meu Orientador, o Coronel de Infantaria Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, pelo incessante apoio prestado, preocupação com o estado da realização deste trabalho, tempo despendido em reuniões e revisões da investigação e bibliografia recomendada.

Aos meus pais pelos seus conselhos sensatos e apoio incondicional.

Ao ex-Diretor do Curso de Infantaria, Tenente-Coronel Joaquim Estêvão da Silva e ao atual Diretor do Curso de Infantaria, o Major António Oliveira, pela disponibilidade, flexibilidade e preocupação incansáveis com todos os Trabalhos desta natureza do meu curso.

Aos camaradas do Curso de Infantaria pelo apoio e união demonstrados para ultrapassar todos os obstáculos apresentados. Um agradecimento especial ao Mangoele e Zico Cruz pela entreaajuda nesta última etapa.

À Tatiana pela compreensão, apoio e ajuda na revisão deste Trabalho de Investigação.

Ao Arquivo Histórico Militar de Lisboa pela disponibilidade durante a pesquisa de informação neste local.

Ao Arquivo Histórico Ultramarino pela flexibilidade demonstrada durante a investigação.

À Biblioteca da Academia Militar de Lisboa, em particular à Sra. Paula Franco, pelo enorme apoio prestado.

À Biblioteca do Museu Militar do Porto, em particular à Dr.^a Alexandra Anjos e à Sr.^a Teresa, pelo apoio prestado nas pesquisas de fontes bibliográficas.

A todos um enorme obrigado.

Resumo

O presente Relatório Científico Final aborda uma investigação que se intitula de “Combates Em Nhamacurra durante a 4ª Expedição a Moçambique na 1ª Guerra Mundial”, a fim de analisar os Combates pormenorizadamente.

O entendimento da história do seu país é imprescindível a qualquer comandante, procura-se então contribuir para o conhecimento da História de Portugal e do Exército Português, podendo cooperar na resolução de problemas atuais com as lições retiradas da mesma.

Pretende-se analisar como é que o método de Lições Identificadas/Lições Aprendidas influenciou os Combates em Nhamacurra e o seu desfecho.

O Trabalho de Investigação está estruturado em três partes. A primeira refere-se à introdução, no primeiro capítulo, exibindo uma apresentação do trabalho. Na segunda parte é concretizado um levantamento documental e consulta de literatura respeitante ao tema, com o fim de analisar o seu conteúdo, do segundo ao quinto capítulo. Em último lugar, na parte conclusiva, as hipóteses são testadas para responder às perguntas derivadas, no sexto capítulo.

Tais questões e hipóteses são em conjunto um meio para responder à questão de partida. A metodologia cingiu-se na análise de conteúdos bibliográficos de forma cronológica, complementada por fontes primárias. Verificou-se a inexistência de um método de lições aprendidas, ainda que rudimentar, para colmatar as falhas e erros cometidos durante as várias expedições a Moçambique. Confirma-se também que a pouca eficácia e eficiência do Exército Português se deve à constante troca de governos, com pouca passagem de informação entre estes e às divisões políticas dentro do próprio Exército.

Palavras-chave: Nhamacurra, Primeira Guerra Mundial, Moçambique, von Lettow Worbeck

Abstract

This final scientific report addresses an investigation called “The Fighting over Nhamacurra during the 4th Expedition to Mozambique in the 1st World War”, in order to analyze the Fighting minutely.

The understanding of the history of his country is essential to any commander, it looks to contribute to the knowledge of the Portuguese History and the Portuguese Army, with the intention of cooperate in solving current problems with the lessons taken from it.

It intends to analyze how the method of Lessons Identified/Lessons Learned influences the Fighting over Nhamacurra and its outcome.

The research work structure divides into three parts. The first refers to the introduction, displaying a presentation of the report, on the first chapter. On the second part is appreciated a documentary examination and literature analysis of the subject, in order to exploit its content, from the second to the fifth chapter. Finally, in the concluding part, the hypotheses are tested to respond to the derived questions on the sixth chapter.

Such questions and hypotheses together are a vehicle to address the main question. The methodology restrained on the analysis of bibliographic content chronologically, with primary sources to complement it. It confirmed the inexistence of a method of Lessons Learned, even an elementary one, to mend the gaps and mistakes made during the various expeditions to Mozambique. It confirmed that the Portuguese Army’s ineffectiveness and inefficiency is due to the constant change of governments, with lack of information’s exchange between them and to the political divisions within the army itself.

Keywords: Nhamacurra, First World War, Mozambique, von Lettow Worbeck

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract	v
Índice Geral	vi
Índice de figuras	ix
Índice de quadros e tabelas.....	x
Lista de Apêndices	xi
Lista de Anexos.....	xii
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xiii
Capítulo 1	1
Introdução.....	1
1.1. Enquadramento da investigação.....	1
1.2. Importância da investigação e justificação da escolha.....	2
1.3. Definição dos objetivos.....	2
1.4. Metodologia	3
1.5. Enunciado da estrutura do trabalho.....	4
Capítulo 2	6
Revisão de literatura – Estado da Arte	6
2.1. Lições Aprendidas.....	8
2.2. Instabilidade política	9
2.4. Objetivos para Moçambique	11
2.5. Clima, População, Fauna e Flora	12

Capítulo 3	14
1ª, 2ª e 3ª Expedições para Moçambique	14
3.1. 1ª Expedição	14
3.1.1. África Oriental Alemã	15
3.2. 2ª Expedição	17
3.2.1. Vivência das tropas e esforços de mudanças	18
3.2.2. Quionga	19
3.2.3. Travessia falhada do Rovuma	20
3.3. 3ª Expedição	21
3.3.1. Posto de Nangadi	22
3.3.2. Passagem do rio Rovuma	24
3.3.3. Mahuta	25
3.3.4. A perda de Nevala	25
Capítulo 4	28
4ª Expedição para Moçambique	28
4.1. Início da 4ª Expedição	28
4.2. Negomano	29
4.3. Serra Mecula	30
4.4. Evacuação de Porto Amélia	32
4.5. Nhamacurra	33
Capítulo 5	34
Combates em Nhamacurra	34
5.1. Efetivo Aliado e suas Táticas	34
5.2. Efetivo Alemão e suas Táticas	35
5.3. Desenvolvimento do combate e suas condicionantes	37
5.3.1. Dia 1 de julho	37
5.3.2. Dia 2 de julho	40

5.3.3. Dia 3 de julho	41
5.4. Pós Combates de Nhamacurra.....	43
Capítulo 6	46
Conclusões e Recomendações.....	46
6.1. Questões Derivadas	46
6.2. Questão Central	49
6.3. Dificuldades e limitações	50
6.4. Recomendações e Propostas.....	50
Bibliografia.....	51
Apêndices	1
Anexos.....	6

Índice de figuras

Figura 1: Mapa das colónias dos Países Europeus	An3
Figura 2: Chapéu-capacete com cimeira em bico.....	An11
Figura 3: Militares a usar Chapéu-capacete com cimeira em bico.....	An11
Figura 4: Chapéu-capacete sem cimeira em bico (a partir de 1917)	An11
Figura 5: Militares a usar chapéu-capacete sem cimeira em bico (a partir de 1917) ..	An12
Figura 6: Dólmen de Serviço.....	An12
Figura 7: Calças	An12
Figura 8: Capote para tropas apeadas	An13
Figura 9: Militares a usar Capote para tropas apeadas	An13
Figura 10: Grevas para tropas apeadas	An13
Figura 11: Botas de cabedal para tropas apeadas	An14
Figura 12: Croqui Combate do Rovuma.....	An16
Figura 13: Teatro das Operações de Moçambique a Norte do Rovuma.....	An17
Figura 14: Defesas Fortificadas de Nevala.....	An18
Figura 15: Movimentos de von Lettow Worbeck.....	An19
Figura 16: Movimentos de von Lettow Worbeck pelo próprio	An20
Figura 17: Combates de Negomano	An21
Figura 18: Metralhadora Maxim m/906	An22
Figura 19: Carabina Kropatschek m/886 – m/889.....	An23
Figura 20: Carabina Mannlicher m/896 e m/898.....	An24
Figura 21: Pistola Luger Parabellum m/908.....	An25
Figura 22: Esboço dos Combates de Nhamacurra.....	An26
Figura 23: Croqui dos Combates de Nhamacurra	An27
Figura 24: Combates de Nhamacurra	An28
Figura 25: Mortes por Doenças em Moçambique parte 1	An29
Figura 26: Mortes por Doenças em Moçambique parte 2	An30

Índice de quadros e tabelas

Quadro nº1 – Precipitação em Moçambique e Temperatura Média.....	Ap2
Quadro nº2 – Militares Mortos em Moçambique durante a Grande Guerra por Regimento	Ap3
Quadro nº3 – Prisioneiros, Desaparecidos. Feridos e Incapazes.....	Ap5
Quadro nº4 – Mortos	Ap5
Quadro nº5 – Início e Fim de mandato dos Presidentes da República	An2
Quadro nº6 – 1º Destacamento Expedicionário para Moçambique.....	An7
Quadro nº7 – Nº de Militares de Cada Expedição.....	An10
Tabela nº1 – Início e Fim de mandato dos Chefes do Governo e respetivos Ministros da Guerra.....	An2
Tabela nº2 – Géneros Fornecidos Diariamente aos Indígenas	An15
Tabela nº3 – Géneros Fornecidos Semanalmente aos Indígenas	An15

Lista de Apêndices

Apêndice A – Precipitação em Moçambique e Temperatura média	Ap2
Apêndice B – Militares Mortos em Moçambique durante a Grande Guerra por Regimento	Ap3
Apêndice C – Prisioneiros, Desaparecidos, Mortos, Feridos e Incapazes em Moçambique	Ap5

Lista de Anexos

Anexo A – Presidentes da República, Chefes de Governo e Ministro da Guerra	An2
Anexo B – Mapa das colónias dos Países Europeus	An3
Anexo C – Declaração de Guerra	An4
Anexo D – 1º, 2º e 3º Destacamento Expedicionário para Moçambique	An7
Anexo E – Nº de Militares de Cada Expedição	An10
Anexo F – Uniforme das tropas expedicionárias.....	An11
Anexo G – Géneros Fornecidos Diariamente e Semanalmente aos Indígenas.....	An15
Anexo H – Combate do Rovuma.....	An16
Anexo I – Teatro das Operações de Moçambique a norte do Rovuma	An17
Anexo J – Defesas Fortificadas de Nevala	An18
Anexo K – Movimentos de von Lettow Worbeck.....	An19
Anexo L – Combate de Negomano	An21
Anexo M – Armamento do Exército Português	An22
Anexo N – Esboço dos Combates de Nhamacurra.....	An26
Anexo O – Croqui dos Combates de Nhamacurra	An27
Anexo P – Mortes por Doenças em Moçambique	An29

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AM	Academia Militar
Cap.	Capítulo
BP	<i>Best Practice</i> (Boa Prática)
Cmdt	Comandante
CIE	Companhia Indígena Expedicionária
GM	Guerra Mundial
GNR	Guarda Nacional Republicana
KAR	<i>King's African Rifles</i>
Km	Quilómetro
Km²	Quilómetro Quadrado
LI	<i>Lesson Identified</i> (Lição Identificada)
LL	<i>Lesson Learned</i> (Lição Apreendida)
m/s	Metros por segundo
mm	Milímetros
MDN	Ministério da Defesa Nacional
nº	Número
p.	Página
pp	Páginas
QD	Questão Derivada
QG	Quartel-General
RA	<i>Remedial Action</i> (Ação Corretiva)
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
tpm	Tiros por minuto
TO	Teatro de Operações

Capítulo 1

Introdução

1.1. Enquadramento da investigação

O Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) insere-se na temática da Primeira Guerra Mundial (GM) mais propriamente da participação portuguesa em Moçambique. Ocorre no culminar do Mestrado Integrado de Ciências Militares, na especialidade de Infantaria, que ao longo de 5 anos forma Oficiais de Infantaria para os Quadros Permanentes do Exército Português. Para esta investigação, pretendeu-se pesquisar se existia um sistema de lições identificadas/lições aprendidas e o que se fez nas Expedições anteriores que levaram ao desfecho dos Combates em Nhamacurra. A investigação realizada compreende-se maioritariamente entre o ano 1914 e 1918, datas entre as quais começou e findou a 1ª GM.

Nesta dissertação, pretende-se fundamentalmente analisar o que influenciou o resultado do combate em Nhamacurra, se havia troca de informação entre os Comandantes das Expedições anteriores e os Comandantes que os vinham substituir. Assim como, as trocas de informação entre Moçambique e Portugal, o tipo de preparação para a missão que era proporcionado aos militares, como por exemplo, o treino, o material transportado e cuidados com a saúde de um modo geral e, como se processou a sua adaptação relativamente ao clima, à fauna e à flora.

Na pesquisa procurou-se investigar a quantidade de efetivo português enviado para Moçambique, as baixas devidas ao combate e às doenças, o efetivo aliado e o efetivo alemão que participa no combate em Nhamacurra, a forma como o combate se desenvolveu, a tática utilizada por ambas as partes e as condicionantes em que o combate se travou.

Neste primeiro capítulo, para além deste subcapítulo de enquadramento, abordou-se de igual forma a importância da investigação e justificação da escolha do tema, os objetivos da mesma, assim como a metodologia utilizada onde estão inseridas a questão central e as questões derivadas e, por último a estrutura do TIA.

1.2. Importância da investigação e justificação da escolha

O estudo da História de Portugal é imprescindível a qualquer comandante português e assiste-o num melhor entendimento para todos os teatros em que poderá ter que atuar. No que toca ao tema abordado, foi necessário ter em atenção as constantes mudanças governamentais, tanto ao nível das políticas impostas, como dos diferentes pontos de vista que os chefes de governo possuíam em relação ao ato de participar na guerra.

O centenário da 1ª GM em 2014 suscitou alguma curiosidade para procurar mais sobre o tema e visto que é dada uma relevância maior à participação portuguesa na Europa, decidiu-se pesquisar e aprender mais sobre a parte referente à 1ª GM em Moçambique, visto que segundo (Barbosa, 1917, p. 837), “Parece que um misterioso silêncio envolve tudo quanto diga respeito ao nosso trabalho em África”. Conhecida como “a guerra que ia acabar com todas as guerras” e que iria findar rapidamente, só parou “mais de 51 meses depois, com 65 milhões de homens mobilizados, oito milhões e meio de mortos, 20 milhões de feridos, milhares e milhares de prisioneiros e desaparecidos” (Afonso, 2006, p. 4). Os Combates em Nhamacurra são um marco da prestação portuguesa em Moçambique, que apesar da derrota, impediram o avanço das tropas germânicas até Quelimane e portanto deve dar-se o devido valor e aprofundar o conhecimento sobre esses combates em questão.

Quando se decidiu abordar um tema da 1ªGM, optou-se não só pela especificidade dos Combates, mas também por ser a localidade mais próxima de Quelimane em que aconteceu uma escaramuça, sendo esta a cidade em que a minha família paterna viveu até à revolução de 25 de abril de 1974.

1.3. Definição dos objetivos

Na primeira fase do processo de investigação, a fase exploratória, definem-se os objetivos da investigação, de acordo com Sarmiento (2013, p. 13) “... originam uma lista de conhecimentos e competências a adquirir”. Também proporcionam maior familiaridade com o problema com vista a torná-lo explícito e a construir hipóteses.

O Objetivo Geral, que indica o propósito inicial de um projeto é o seguinte: Entender como o método de lições identificadas/lições aprendidas influenciou os Combates em Nhamacurra e o seu desfecho.

Em relação aos Objetivos Específicos deste trabalho, que permitem o acesso gradual a um resultado final, o que se sugere é o seguinte: Identificar e entender quais as componentes que levaram à derrota das forças aliadas em Nhamacurra face às forças alemãs.

O que se pretende atingir com esta investigação é realçar a importância que um processo de lições identificadas/lições aprendidas teria se fosse aplicado, ainda que apenas a um nível baixo de pormenorização, através de um exemplo histórico português que se pressupõe que beneficiaria deste mesmo sistema.

Então quanto aos pressupostos, supõe-se que:

- A inexistência de um método de lições identificadas/lições aprendidas bem definido, face à instabilidade política da altura, pode ter levado ao desaproveitamento da experiência vivida nas expedições anteriores;
- A preparação dos soldados, bem como os seus equipamentos não eram os mais adequados para aquele Teatro de Operações (TO).

1.4. Metodologia

As normas a considerar para a redação do TIA, são as presentes nas *Normas de Execução Permanente 520, 2ª Edição, de 2013*, em conjunto com o livro de Sarmento (2013) a *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses* e as normas da *American Psychological Association*, 6ª Edição.

De acordo com (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 34), “traduzir um projeto de investigação sob a forma de uma pergunta de partida só será útil se essa pergunta for corretamente formulada”. Para que esta questão de partida seja corretamente formulada, (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 32) afirma que é “... através da qual tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor...”.

Após uma ponderação definiu-se uma Questão de Partida ou Central que a investigação pretende responder, que é a seguinte: “Como é que o método de lições identificadas/lições aprendidas influenciou os Combates em Nhamacurra e o seu

desfecho?” Para se obter uma melhor resposta a esta questão, dividiu-se a Questão Central em várias Questões Derivadas (QD):

QD1 – Em que condições foram os militares enviados para Moçambique?

QD2 – Quais as táticas utilizadas por ambas as partes?

QD3 – Quais as diferenças entre o material utilizado por ambas as partes?

QD4 – Que tipo de cooperação tinham as tropas britânicas com as tropas portuguesas?

Para um desenvolvimento plausível e sustentável de uma investigação, são necessárias hipóteses. As hipóteses são uma suposição do investigador ou uma resposta provisória que depois terá de ser confrontada, à luz do conhecimento adquirido durante a investigação. Quanto às Hipóteses formuladas temos:

Hipótese 1: Os cuidados com a preparação das forças eram escassos;

Hipótese 2: A tática utilizada pelas forças alemãs garantia mais vantagens sobre o adversário, do que a utilizada pelas forças aliadas;

Hipótese 3: O material utilizado pelas forças aliadas naquele teatro de guerra, mais propriamente pelas forças portuguesas, não se adequava àquele TO;

Hipótese 4: A cooperação com os aliados britânicos foi pobre e mal efetuada.

Como forma de abordagem ao problema utiliza-se o método hipotético-dedutivo ou de verificação das hipóteses, que “baseia-se na formulação de hipóteses ou conjeturas, que melhor explicam os fenómenos. As hipóteses são testadas, de modo a confirmar quais são as válidas” (Sarmiento, 2013, p.9). Visto que “numa investigação pode ser utilizado mais do que um método científico” (Sarmiento, 2013, p. 7), utiliza-se também mais um em conjunto com o método anterior. Então emprega-se ainda o método histórico, que “analisa os fenómenos ou processos em estudo, atendendo à sua constituição, ao seu desenvolvimento, à sua formação e às consequências de uma forma cronológica.” (Sarmiento, 2013, p. 8).

1.5. Enunciado da estrutura do trabalho

A fim de permitir e facilitar a qualquer leitor ter um melhor parecer do trabalho em questão, a estrutura deste organizou-se em seis capítulos. O capítulo inicial é dedicado à Introdução, onde se enquadra o tema e se explica a escolha realizada, com a respetiva descrição dos objetivos e das questões e hipóteses. O segundo capítulo dedica-se à

Revisão de Literatura com algumas obras e fontes que tiveram maior relevância ao abordar o tema em questão.

O terceiro capítulo apresenta um breve resumo alusivo às três primeiras expedições realizadas em Moçambique, e por conseguinte no quarto capítulo expõe-se com mais relevância a quarta expedição para Moçambique sem incluir os Combates em Nhamacurra.

Com mais pormenor, são analisados os combates em Nhamacurra no quinto capítulo. Por fim temos o sexto capítulo com as Conclusões e Recomendações.

Capítulo 2

Revisão de literatura – Estado da Arte

A revisão de literatura do presente TIA, pretende dar a conhecer quais as principais fontes primárias e obras que foram utilizadas para o enriquecimento da investigação realizada. O período em que se insere a investigação na história contemporânea, mais propriamente de 1914 a 1918, nos inícios do século XX, também se refere a algumas datas anteriores a fim de enquadrar a investigação.

No caso das fontes primárias, focou-se na utilização dos relatórios dos combates de Nhamacurra e relatórios referentes à 4ª Expedição. Estes relatórios, escritos pelos oficiais, Major António Lopes Matheus¹ e Alferes João Menezes² são de extrema importância para o entendimento das dificuldades e o desenrolar dos Combates no decorrer dos 3 dias. A utilização do Relatório de Van Deventer³ serve o mesmo propósito.

No livro *Alimentação e Higiene dos Militares em Moçambique*, de Abranches (1944), podemos encontrar algumas informações sobre a higiene dos militares em Moçambique durante a 1ª GM e algumas informações sobre o clima e meteorologia do país. Na obra *Na Costa de África (memórias de um médico expedicionário a Moçambique)* de Lima (1933), também se encontram dados sobre a higiene dos militares e apoio sanitário prestado às tropas.

Utilizam-se também vários artigos da *Revista Militar* para corroborar e completar a pesquisa efetuada.

Almeida em 1968, no livro *A Artilharia Portuguesa na Grande Guerra (1914-1918)* mostra-nos a ação da Artilharia em todas as Expedições, bem como as dificuldades sentidas e também como os feitos conseguidos por essa arma.

Os livros de Aniceto Afonso, um deles juntamente com Carlos de Matos Gomes contribuíram também para a realização do trabalho, mesmo estando mais direcionados para a participação portuguesa na Europa, do que propriamente nos teatros coloniais.

¹ Responsável pelos postos de etapas e pelas suas condições, voltava de uma missão e dirigia-se num comboio para Nhamacurra no primeiro dia dos combates.

² Dirija-se no mesmo comboio.

³ Comandante das forças britânicas e portuguesas, apenas na 4ª expedição.

Sendo o teor dos livros o mesmo e visto que foram todos utilizados, decidiu-se colocá-los a todos na bibliografia.

O *Livro de Ouro de Infantaria* possui relatos de militares portugueses relativos aos combates, batalhas, vivências que se consideram importantes para a realização do trabalho.

O General Moraes Sarmiento em *A Expansão Alemã, Causa Determinante da Guerra de 1914-1918. Suas Tentativas e Perigos na África Portuguesa*, narra acontecimentos anteriores à guerra que levaram aos acordos feitos entre alemães e ingleses, bem como as intenções dos países envolventes na guerra e as causas pelas quais estes acordos nunca se chegaram a concretizar.

António José Pires na obra *A Grande Guerra em Moçambique* aborda vários episódios referentes a 1ªGM em Moçambique, obra esta que permite ter uma noção geral do que se estudou.

Através do *Manual de Investigação em Ciências Sociais* de Raymond Quivy e LucVan Campenhoudt, bem como da *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses* escrito pela Doutora Manuela Sarmiento, conseguiu-se construir a estrutura do presente TIA, devidamente normalizada.

A *Monografia do 3º Batalhão Expedicionário do R.I. n.º21 À Província de Moçambique em 1915* do Capitão Júlio Rodrigues da Silva foi utilizada para ter uma melhor compreensão das dificuldades vividas pela 2ª Expedição a Moçambique.

Com o artigo de Nuno Severiano Teixeira, *Portugal e a Grande Guerra: entre a memória do passado e os desafios do futuro*, percebeu-se com pormenor, as causas da nossa instabilidade política e a fragilidade dos regimes que se seguiram durante a guerra.

No artigo *Portugal e a Grande Guerra, I - Os Condicionamentos Gerais*, também está presente a instabilidade política que se vivia e a fragilidade dos regimes, bem como as razões pela qual as Forças Armadas, nomeadamente o Exército se encontrava com tantos obstáculos para atingir a eficiência que tinha anteriormente. A *Cronologia – 1914, Portugal e a Grande Guerra* foi utilizada de igual forma para ter uma ideia geral dos acontecimentos passados durante a 1ª GM, com especial destaque para a participação portuguesa.

A leitura da obra de von Lettow Worbeck, *As Minhas Memórias da África Oriental*, tal como o próprio nome indica, é essencial para entender o inimigo e as suas ações, mas também as suas movimentações e táticas utilizadas.

Na *História do Exército Português (1910-1945)* do General Oliveira, nos vários volumes, apresenta a história do Exército Português tal como o próprio título indica e foi utilizado para conseguir uma melhor percepção do estado em que o Exército se encontrava nos anos em que compreendiam a guerra.

Os artigos do Coronel Nuno Lemos Pires são de extrema importância para o trabalho, não só porque apresentam uma visão bastante alargada, bem como a opinião britânica e opinião portuguesa face ao desfecho de alguns combates.

De seguida fez-se uma breve referência à noção de Lições Aprendidas, que se apoia no *PDE-0-32-00-Lições Aprendidas* (2012) e uma breve introdução de enquadramento do tema, com referências à instabilidade política da época, objetivos para Moçambique, clima, terreno e população desse país.

2.1. Lições Aprendidas

A ideia de utilizar o termo Lições Aprendidas, parte do princípio que com a experiência obtida dos erros e dos êxitos passados, se consiga obter mais e melhores resultados favoráveis. De encontro ao conceito de Lições Aprendidas, “... através de uma abordagem formal da aprendizagem, os indivíduos e a organização podem reduzir o risco de repetição de erros e aumentar a possibilidade de repetição de êxitos.” Para este TIA, que trata um assunto militar, “... significa redução do risco operacional, aumento da eficiência dos recursos e melhorar a eficiência operacional” (Ministério da Defesa Nacional⁴, 2012, p. 1–2).

No conceito de Lições Aprendidas, pode-se ainda acrescentar que a aprendizagem deve ser usada de modo a justificar alterações que conduzirão a um melhor desempenho. Antes de se conseguir atingir o patamar de uma Lição Aprendida (*Lesson Learned*, LL), é necessário compreender outro conceito, o de Lição Identificada (*Lesson Identified*, LI), que só depois de se aplicar uma Ação Corretiva (*Remedial Action*, RA) é que passará a uma LL.

Então a definição de LI é a seguinte: “é uma observação para a qual se determinou uma ou várias causas que deram origem ao assunto observado, recomendou uma Ação

⁴ MDN

Corretiva e um Elemento de Ação para a implementar e foi proposta à autoridade competente para a aprovar” (MDN, 2012, p. 2-5, 2-6).

A LL levanta mais 3 definições que são imprescindíveis para o bom entendimento da temática, sendo elas Observação, Ação Corretiva e Elemento de Ação. Em relação à Observação, “é um comentário baseado em qualquer coisa que foi ouvida, vista ou noticiada e que foi identificado e documentado como uma questão a ser melhorada ou poderá ser considerada uma boa prática” (MDN, 2012, p. 2-6). Surge mais um conceito, o de Boa Prática (*Best Practice* – BP).

No que toca à RA, “é uma atividade, ou conjunto de atividades, que corrige(m) o assunto identificado para melhoria ou facilita(m) a implementação da boa prática” (MDN, 2012, p. 2-6). O Elemento de Ação “é uma organização ou pessoa nomeada para implementar a RA aprovada para uma LI” (MDN, 2012, p. 2-8). Uma BP “é uma técnica, processo ou metodologia que contribui para melhorar o desempenho de uma organização, que foi identificado como o melhor modo de operar numa área específica. Idealmente uma BP deve ser adaptável, replicável e de utilização imediata” (MDN, 2012, p.2-7). Neste caso a RA passará a ser o registo das condições em que essa experiência positiva aconteceu e as medidas introduzidas de forma a assegurar que as condições se repetem.

Para terminar as definições, temos então como objetivo do processo, a LL, que “é uma capacidade melhorada ou um melhor desempenho em qualquer um dos domínios do conhecimento militar, confirmada(o) pela validação quando necessária, resultante da implementação de uma ou mais RA decorrentes de uma LI” (MDN, 2012, p. 2-7).

Visto que o processo de Lições Aprendidas é algo moroso e burocrático, não é possível aplicá-lo como um todo no presente TIA, então limitou-se o estudo a Observações e a BP. Caso seja exequível identificar uma RA, no máximo alargou-se o estudo até à LI.

2.2. Instabilidade política

A entrada do Exército no século XX num estado de espírito muito confuso, com as sucessivas reformas, pouco esforço exercido no campo do rearmamento e reequipamento desde 1908, não lhe proporcionou a eficácia suficiente como máquina militar, para além de estar completamente desatualizado no que toca ao modo de fazer a guerra (Antonio José Telo, 2014b) (Oliveira, 1993, p. 159).

Afonso (2008) afirma que, num Exército onde se tentou a milicianização⁵, nada ou pouco se mudou com a passagem para a República no que concerne às chefias militares dos altos escalões do Exército. No entanto, segundo Telo (2014), a chamada de reforma de 1911, que servia para reduzir o corpo de oficiais do quadro permanente, não foi cumprida efetivamente, porque o Exército foi necessário para realizar algumas operações militares e apenas as unidades com um forte núcleo de oficiais do quadro permanente tinha eficácia operacional palpável.

Relativamente às colónias portuguesas, a sua segurança não estava propriamente garantida. Segundo Teixeira (2014), o Império Alemão e a Inglaterra tinham acordado secretamente partilhar os territórios pertencentes a Portugal em África por duas vezes, em 1898 e 1912. Segundo Moraes Sarmiento (1919), o acordo de 1898⁶ daria resposta a uma eventual alienação das colónias pelas dificuldades sentidas por Portugal em pagar aos seus credores. Também segundo o mesmo autor, para a Inglaterra a província mais importante seria a de Moçambique, em especial a sua capital Lourenço Marques, uma baía importante para o comércio, com potencial para uma base naval e porque a região possuía caminhos-de-ferro que seguiam por 80 quilómetros em território português e que continuavam por 560 quilómetros por território transvaliano⁷. Apesar de não se terem concretizado, porque segundo Telo (2014) a Alemanha não desiste da corrida naval, estes acordos não deixariam de ser um risco para a soberania de Portugal.

A revolução planeada pelos republicanos é praticamente exclusiva da capital, tendo pouca expressão o seu impacto nas populações rurais. Quando começa a Grande Guerra, a República é um regime recente apoiado por uma minoria da população, politicamente dividido, marcado pela violência de grupos civis armados na ação política (Antonio José Telo, 2014b).

Visto que os militares pouco apoiaram a revolução de 5 de Outubro, os dirigentes republicanos foram criando divisões internas dentro das Forças Armadas, partidarizando-as, por forma a tentar consolidar o seu poder (Antonio José Telo, 2014b).

O Exército perdeu a sua coesão e eficácia devido às alterações radicais que o regime republicano fez. Subverteu a autoridade dos oficiais, repartiu o Exército em clubes partidários, colocou os oficiais sob vigilância dos sargentos e cabos pertencentes ao

⁵ Recrutamento geral dos cidadãos, como era realizado no Exército suíço.

⁶ Acordo secreto anglo-alemão sobre a partilha das colónias portuguesas.

⁷ O Transvaal era uma província com capital em Pretória, que foi anexada pelos britânicos em 1902 e a partir de 1910 tornou-se uma das províncias sul-africanas.

regime e ainda criou forças armadas para fiscalizar a sua ação, como por exemplo os civis armados e a Guarda Nacional Republicana (GNR) (Antonio José Telo, 2014b).

A instabilidade governativa pode refletir-se na baixíssima duração dos governos. Com uma média de duração governativa de ano e meio entre 1910 e 1914 e de seis meses entre 1914 e 1916, a inconstância democrática está mais do que demonstrada. Durante a guerra, estiveram no poder vários Governos os quais podemos consultar no Anexo A. Todos com posições diferentes perante a Guerra, diferentes objetivos e estratégias. Fazendo com que Portugal não conseguisse ter uma estratégia nacional (Teixeira, 2014).

A entrada de Portugal na guerra na sociedade, nas forças políticas e na opinião pública portuguesa a intervenção militar em África foi consensual em todas as partes, porque estava em causa o território português e a soberania nacional. Contudo no caso da entrada no teatro europeu, a decisão não era unânime (Teixeira, 2014).

Tiveram de se criar estabelecimentos fabris do Exército e particulares, visto que não era exequível comprar material bélico mal estalou a guerra, mas também material sanitário e víveres (N. L. Pires, 2014a). Juntando mais um caso para a falta de preparação para a guerra, as inspeções médicas realizadas, contudo muitos dos enviados estavam infetados com sífilis⁸ (Marques, 2012).

2.4. Objetivos para Moçambique

A 24 de agosto acontece o primeiro incidente de guerra entre Portugal e a Alemanha, no norte de Moçambique, quando as forças alemãs da África Oriental Alemã atacam a pequena guarnição portuguesa de Maziúá, numa altura em que a situação portuguesa face a posição a tomar na guerra não está, de todo, bem definida (Afonso, 2008). Para uma melhor visualização do posicionamento das colónias africanas dos países europeus, consultar Anexo B. Contudo, a opinião pública estava firme relativamente às colónias, que deveriam ser defendidas quer se alinha-se ao lado da Inglaterra na guerra ou não.

Não querendo dizer que não havia objetivos definidos inicialmente para Moçambique para além da sua defesa e manutenção, depois da declaração de guerra

⁸ Doença sexualmente transmissível que provoca dores musculares, febre, dor de garganta e dificuldade em deglutir. Se não for tratada, a infeção pode espalhar-se para o cérebro, sistema nervoso, fígado e até o coração, podendo provocar tumores.

alemã é que se passa a um carácter mais ofensivo e os objetivos são mais concretos. A declaração de Guerra pode ser consultada no Anexo C.

O governador-geral de Moçambique, Álvaro de Castro, com a declaração de guerra por parte do Império Alemão a 9 de março de 1916, determinou plano de ação para as tropas expedicionárias em Moçambique. Este tinha 3 objetivos concretos: ocupar a região de Quionga⁹, cooperar com as tropas inglesas por forma a combater as forças alemãs e conquistar uma parcela de terreno no Sul da colónia alemã, o mais rapidamente possível, realçando a ação portuguesa junto das nações da *Tríplice Entente* (Afonso, 2008). Esta parcela da colónia alemã seria até ao rio Rufigi e também ocupar a cidade de Tabora (N. L. Pires, 2015).

2.5. Clima, População, Fauna e Flora

Abranches (1944) refere que o clima de Moçambique se divide em apenas duas estações: a estação quente e chuvosa – de outubro a março – e estação fresca, com pouca precipitação – de abril a setembro. Segundo Costa (1928, p. 290), “os meses de maior chuva são, por sua ordem, os de fevereiro, março, dezembro e janeiro. Em setembro e outubro raramente chove.” Pode-se consultar a pluviosidade no Apêndice A.

Segundo os dados de Moraes Sarmiento (1919), a África Oriental Alemã tinha 995 mil quilómetros quadrados (km²), 5300 europeus e 7660 milhares de indígenas, ao passo que Moçambique tinha apenas 763 mil km², 3120mil habitantes. Relativamente a estes números, Moçambique tinha área ligeiramente menor, contudo tinha apenas menos de metade da população. Os povos daquela região pertenciam à raça Bantu, que se dividia em grupos: Rongas ou Landins, Tongas e Chopes pertencentes a Lourenço Marques, Gaza e Inhambane, Sengas na Companhia de Moçambique, Angonis em Tete, Macuas em Quelimane, Moçambique e Companhia do Niassa e Yaus ou Ajaus, na Companhia do Niassa (Costa, 1928).

Relativamente à fauna em Moçambique, esta é muito diversificada. Os animais domésticos europeus encontravam-se em qualquer lado, excluindo o burro e o cavalo que suportavam o clima se fossem bem tratados e alimentados. Os galináceos e os peixes existiam em abundância (Costa, 1928). No que toca a animais de um porte mais

⁹ Território pertencente à Alemanha desde de 1894. (Costa, 1928)

considerável havia “... girafas que destruíam as linhas telegráficas, hipopótamos que atacavam as embarcações nos rios e as pessoas junto à água, leões que comiam os soldados durante a noite, rinocerontes que atacavam durante as marchas, elefantes que destruíam as linhas de caminho-de-ferro, crocodilos que impediam que se atravessassem os rios e até enxames de abelhas que atacavam sem piedade quem se aproximasse das suas colmeias” (N. L. Pires, 2014a). Não esquecendo de todo os mosquitos, que são um enorme fator na transmissão de doenças, nomeadamente a malária, senão o maior.

A flora desta colónia é rica em madeiras de todas as qualidades, sendo algumas não praticáveis para serem trabalhadas, enquanto outras são próprias para qualquer tipo de obra. Árvores de fruto há em quantidade e por conseguinte fruta também. Cultiva-se feijão, milho, amendoim, tabaco, sizal, algodão, borracha, cana sacarina, entre outros (Costa, 1928).

Capítulo 3

1ª, 2ª e 3ª Expedições para Moçambique

3.1. 1ª Expedição

Moçambique era, na sua plenitude, alvo de cobiça por parte das potências estrangeiras¹⁰, não só pela sua posição geográfica, como também pela importância dos portos para as regiões com que fazia fronteira e pelas riquezas a nível agrícola e do subsolo (Afonso, 2008). Mais uma vez pode ver-se no mapa do Anexo B, as colónias com que Moçambique fazia fronteira.

Segundo Afonso (2008) e Telo (2014a), a 1ª Expedição partiu para Moçambique de Lisboa a 11 de setembro de 1914, no paquete inglês Durban Castle¹¹, com um efetivo a rondar os 1500 homens com o objetivo de reforçar as defesas do Rovuma, a fronteira norte da colónia. O que provavelmente se deveu do ataque alemão ao posto de Maziúta perto do rio Rovuma em finais de agosto desse mesmo ano. O Anexo D e o Anexo E têm uma relação dos militares enviados para Moçambique.

Como comandante desta expedição foi escolhido um anterior governador do distrito de Moçambique, o Tenente-Coronel Massano de Amorim (Afonso, 2008).

As tropas coloniais existentes apresentavam um pequeno contingente e uma preparação deficiente e não estavam prontas para receber as tropas expedicionárias. As tropas ficaram alojadas em palhotas sem cobertura de zinco, nada apropriadas para portugueses acabados de chegar a África, que não estavam de todo adaptados ao clima (Afonso, 2008) e (Antonio José Telo, 2014a).

A missão da 1ª Expedição, por não ter sido bem definida, limitou-se à construção de vias de comunicação, ligações telegráficas e instalação de postos de vigilância, de modo a melhorar as condições militares da margem direita do rio Rovuma, também como o reforço das guarnições dos postos de fronteira ao longo do Rovuma (Afonso, 2008) e (Almeida, 1968).

¹⁰ Nomeadamente a Alemanha e a Inglaterra.

¹¹ Segundo (Antonio José Telo, 2014a), chega a Lourenço Marques a 16 de Outubro, seguindo para Porto Amélia, chegando a 1 de Novembro.

Segundo Afonso (2008) e Telo (2014a) o efetivo desta expedição foi apressadamente devastado e assolado por doenças tropicais, que se propagaram logo após o desembarque, facto que vai perseguindo todas as outras expedições. Também as rações que se prepararam para a expedição eram uma fonte de doenças, para além de ser considerada intragável.

Em termos das nossas tropas nas colónias, “Era necessário reforçar os efetivos militares do Exército colonial, mal equipado, mal armado e, acima de tudo mal enquadrado por falta de graduados e de guarnições disciplinadas e motivadas” (Afonso & Gomes, 2010, p. 141).

A situação sanitária era de tal modo grave e como afirma Almeida (1968), os soldados eram indisciplinados e desleixados em relação à sua higiene, que segundo Telo (2014a), 6 meses passados, 21% dos militares desta 1ª expedição já tinham dado baixa por doença, sem sequer terem saído de Porto Amélia.

A 15 de agosto de 1915, foi transmitido ao Comandante da Expedição pelo Governador Geral qual era a missão que Governo de Lisboa tinha em mente. A missão seria reocupar Quionga, que tinha sido ocupada pelos alemães em 1894 de forma violenta e invadir o território alemão, mais propriamente uma faixa de terreno na margem norte do rio Rovuma (Almeida, 1968).

3.1.1. África Oriental Alemã

A África Oriental Alemã englobava os territórios que hoje são conhecidos por Tanzânia, o Ruanda e o Burundi, e “era a mais próspera colónia de todo o império alemão” (Afonso & Gomes, 2010, p. 138).

Em 1913 foi nomeado comandante das forças armadas alemãs da África Oriental Alemã Paul Emile von Lettow Worbeck, que tinha utilizado técnicas de terra queimada e movimentos ocultos pela selva contra as revoltas nas colónias alemãs (N. L. Pires, 2014a). Este tinha as suas divergências com o governador da colónia alemã, Heinrich Schnee, que assumiu o governo da colónia em 1912. Estas diferenças entre ambos eram notórias, contudo, quando as colónias alemãs se encontravam numa situação de guerra, a determinação de objetivos políticos passava para as mãos do comandante militar e assim a autoridade governativa passou a pertencer a Lettow Worbeck. Enquanto Schnee queria manter uma posição de neutralidade, Lettow Worbeck pensava exatamente o contrário,

que era necessário utilizar a colónia como TO para atrair forças inimigas e desviar reforços da Europa (N. L. Pires, 2015).

A colónia alemã não se importava assim tanto com o bloqueio marítimo, pois produzia o que consumia e conseguia subsistir-se a si própria. Pires (1924, p. 26) refere que “Pode-se dizer que a Colónia tinha os seus recursos próprios para poder viver isolada por muito tempo”.

No caso dos alemães, as suas companhias eram sempre acompanhadas por carregadores que transportavam o material das suas tropas. Juntamente com os indígenas que ingressavam nas suas fileiras, também alguns carregadores tinham instrução militar. A razão pela qual os alemães tinham uma maior mobilidade no sudeste africano era: “Os carregadores estavam absolutamente disciplinados, (...) e em caso de necessidade formavam uma reserva para substituir as baixas” (A. J. Pires, 1924, pp. 29, 30). Inclusive, até as mulheres indígenas eram utilizadas pelos alemães, não só nos transportes militares, mas também em missões de espionagem (Pires, 1924).

Segundo Abbot (2002, pp. 6-11; 14), a organização militar alemã em África era a seguinte:

- As *Schutztruppe* (denominadas de forças de proteção), organizadas em unidades de escalão companhia (*FeldKompagnie*), unidade base alemã. Estas unidades eram enquadradas por oficiais e sargentos europeus (16 a 20 do Exército alemão e que cumpriam um mínimo de uma comissão de dois anos e meio) e com os soldados africanos, na sua maioria, *askaris* (entre 160 e 200) mais 250 carregadores por companhia. Seria uma das principais diferenças face aos aliados que, continuaram a usar unidades de muito maior efetivo e escalão (batalhões, ou mesmo no caso britânico, brigadas), com quadros europeus, muitas vezes em menor número, para enquadrar as forças africanas e com muitas unidades formadas, exclusivamente, por combatentes (soldados) da Europa e da Ásia.
- Curiosamente, não havia um corpo de artilharia separado, ou mesmo de cavalaria, mas estes meios existiam e eram integrados, sempre que possível, junto das companhias.
- As forças policiais alemãs (*Polizeitruppe*) foram integradas nas forças de proteção, ou seja, não atuavam como forças separadas e muitos dos habitantes europeus também foram integrados (alemães e austríacos): com destaque para um oficial general já na situação de reforma, major-general

Wahle, que não só aceitaria combater e comandar uma parte significativa do esforço alemão em variadas frentes¹², como o de se sujeitar à autoridade de um oficial de patente mais baixa, ao coronel Worbeck.

Os alemães, com os erros e dificuldades que tiveram nas campanhas de pacificação do início do século XX em África, adaptaram-se para ter uma melhor prestação no combate. Ao nível das operações, a manobra de pequenas unidades está mais presente do que a defesa estática com um número (nº) elevado de efetivos. Na logística, dividem para sobreviver e concentram-se para combater, de acordo com a máxima napoleónica. No que toca às informações, tinham uma rede vasta de informadores nos territórios vizinhos (N. L. Pires, 2014a).

3.2. 2ª Expedição

A 2ª Expedição, com cerca de 1500 homens, embarcou em Lisboa a 7 de outubro de 1915, com o novo governador-geral, Álvaro de Castro, e como comandante da expedição, o major de Artilharia Moura Mendes, que não tinha experiência colonial. Pode consultar-se a sua constituição no Anexo D e E. Mesmo com este segundo contingente, continuavam exatamente com os mesmos problemas: “má instrução, deficiente equipamento, fraca ação de comando e péssimo apoio sanitário” (Afonso, 2008, p. 38). A sua chegada a 7 de novembro, no começo da época das chuvas e das doenças, que lhes retirou qualquer tipo de iniciativa (Afonso, 2008, p. 38) e (Almeida, 1968).

Seguia também no mesmo barco, o novo Governador-geral da Província Dr. Álvaro de Castro, Capitão de Infantaria (Almeida, 1968).

Segundo (Silva, [1921], p. 6) as unidades destacadas para Moçambique foram o “3º Batalhão de Infantaria nº 21, o 4º Esquadrão de Cavalaria nº3, a 5ª Bateria do Regimento de Artilharia de Montanha e a 2ª Bateria do 7º Grupo de Metralhadoras”.

As praças levaram para além do chapéu-capacete e grevas ou polainas e para além da farda que já levavam vestida, “... um segundo barrete, um capote, dois dolmans de serviço, dois pares de calças de cotim, dois pares de botas, um par de alpercatas, três camisas, dois pares de ceroulas, duas toalhas, três lenços e o pequeno equipamento”

¹² Em especial à frente oeste.

(Silva, [1921], p. 11). Pode-se consultar o tipo de equipamento utilizado pelas tropas portuguesas no Anexo F.

Durante a viagem desta expedição abordo do paquete Moçambique tentaram-se inculzir hábitos de higiene nas tropas, com banhos obrigatórios, mas tinham sempre relutância e tentavam escapar-se-lhe (Silva, [1921]).

Tal como a expedição anterior, não recebeu um objetivo concreto e portanto permaneceram a maior parte do tempo em Porto Amélia, seguindo aquando da declaração de guerra para Quionga (N. L. Pires, 2014b).

Com a declaração de guerra por parte da Alemanha tornou-se possível para o governador definir objetivos militares concretos. A declaração de guerra pode ser consultada no Anexo C. Um dos objetivos definidos por Álvaro de Castro, ocupar a região de Quionga, foi alcançada a partir dos primeiros dias de abril, depois das forças alemãs procederem a sua retirada para a margem esquerda do Rovuma (Afonso, 2008).

3.2.1. Vivência das tropas e esforços de mudanças

O Cmdt da 11ª Companhia do 3º Batalhão Expedicionário do Regimento de Infantaria nº21 principiou algumas mudanças na caserna da sua companhia, como por exemplo, substituir as paredes de folha e zinco por paredes maticadas¹³, abrir janelas com rede de arame de malha fina e de canalizar a água das chuvas. As dificuldades surgiram não na mão-de-obra qualificada, mas na obtenção de material e as obras acabaram por ser interrompidas devido ao deslocamento que a unidade teve que realizar (Silva, [1921]). Aqui tentou-se mudar algumas das condições do local em que os militares se encontravam, contudo o material em falta torna a obra impraticável.

Os soldados, por não lhes terem sido fornecidos mosquiteiros, foram aconselhados a adquiri-los. Contudo, como não acreditavam que a transmissão das febres pudesse acontecer pelas picadas, não o faziam imediatamente, só quando foram atingidos pelas febres ou as picadas os incomodavam (Silva, [1921]).

A água consumida pelas praças era colocada em grandes depósitos de zinco com torneira, colocadas nas casernas, sem ser esterilizada nem filtrada. Foi transmitido às praças que tivessem cuidado com o seu consumo, todavia eram raras as vezes que ferviam

¹³ Paredes contruídas através de matope (terra barrenta, avermelhada; lama) e palha; conseguem um equilíbrio entre temperaturas quentes e frias.

a água antes de a consumir. Relativamente aos oficiais e sargentos, filtravam a água e também a ferviam. A má qualidade das águas, em consonância com a irradiação solar própria da estação das chuvas e o deficiente alojamento das tropas foram as principais causas para um aumento nos casos de disenteria em dezembro (Silva, [1921]).

Na época das chuvas, o hospital de Porto Amélia, ficava sobrelotado, com os convalescentes a permanecerem por apenas 48 horas e depois eram avaliados novamente. Os sargentos por vezes eram tratados nos próprios quartos devido à falta de espaço. Para além disso, a falta de pessoal era nítida, apenas tinham dois sargentos, juntando-se-lhe mais um da Expedição anterior. Os doentes com doenças sexualmente transmissíveis foram colocados num barracão próximo da farmácia (Silva, [1921]).

No que toca à limpeza dos acampamentos, não era autorizado sujá-los num raio de 300m, nem conservar na sua área animais e aves, o que nem sempre era cumprido. Em relação ao tratamento do lixo era diariamente removido para uma fossa geral juntamente com os estrumes e as latrinas cobertas com cal todos os dias (Silva, [1921]).

Segundo Gil (1919), o serviço de vigilância constante nos postos avançados, nas margens do rio Rovuma, onde constantemente eram atacados pelo inimigo, abateu as tropas física e moralmente de tal forma que a única solução se tornava repatriar todos os militares da campanha.

Só a partir de 4 de abril de 1916 é que foi ordenado por circular, que as latrinas fossem desinfetadas com sulfato de cobre e o chão das casernas com lisol todas as semanas. Também nessa circular foi determinada a colocação de caixotes para o lixo, que a água fornecida fosse de boa qualidade e sempre que possível das chuvas, maior fiscalização alimentícia e proibido o tratamento das doenças febris nas unidades. Relativamente aos banhos, eram efetuados à alvorada praia, duas vezes por semana (Silva,[1921]).

3.2.2. Quionga

A região de Quionga foi tomada sem resistência no dia 10 de abril, pouco depois das 10:30, com o auxílio da surpresa e devido às informações obtidas pela espionagem, que demonstravam que a povoação estava desguarnecida. Esta operação foi liderada pelo Major Portugal da Silveira. (Almeida, 1968) Apesar de ter algumas defesas preparadas, nomeadamente trincheiras já abertas, não havia ninguém para as preencher (Silva,

[1921]). Os postos de Namaca, Namiranga, Namoto, Nachinamoca e Nhica foram ocupados posteriormente, ficando essa zona conhecida como o Triângulo de Quionga, destinada a servir de base à futura ofensiva, com o objetivo de ocupar Mikindani e Lindi, que se encontravam em território alemão (Almeida, 1968).

Em termos alimentares, os géneros nos depósitos portugueses eram escassos e encontravam-se em mau estado. Os militares procuravam algo comestível nas casas que tinham sido abandonadas, tendo pouco sucesso. Devido à falta de água, as praças deixaram de se poder lavar. Esta situação manteve-se, sensivelmente até à chegada da 3ª Expedição (Silva, [1921]). O Anexo G apresenta uma relação com os géneros distribuídos aos militares.

Com o pretexto de se estar em campanha, só foi autorizado o estacionamento das tropas nas tendas-abrigos, que não proporcionavam proteção suficiente para as intempéries nem para as mudanças de temperatura, agravando a precária saúde das tropas (Silva, [1921]).

Em Quionga sentia-se muito a falta de medicamentos para tratar as disenterias e as febres. No dia 29 de abril já tinham adoecido 50 praças da 9ª Companhia, devido à marcha efetuada de Palma para Quionga e à defesa dos postos avançados, numa altura em que chovia torrencialmente todos os dias (Silva, [1921]).

3.2.3. Travessia falhada do Rovuma

O dia 27 de maio foi destinado à travessia do rio Rovuma a duas colunas, com o objetivo de chegar ao posto fronteiriço da Fábrica, já na margem inimiga, perto da foz do rio. Ambas colunas eram suportadas por artilharia, ficando a coluna da direita com um apoio deficiente, devido à deficiência do material¹⁴. A artilharia teve sérias dificuldades, nomeadamente nas entradas de posição por terreno densamente arborizado e outras vezes sob fogo inimigo (Almeida, 1968). Foi uma decisão tomada por Schnee, governador da colónia alemã, contrariando a opinião de LettowWorbeck, que travou o avanço português ao deixar umas pequenas guarnições nos postos fronteiriços. Apenas 300 dos 12000 combatentes germânicos se encontravam na região sul da colónia, contudo o objetivo português não foi alcançado devido à falta de homens, linhas de comunicações extensas

¹⁴ “4 velhas peças de bronze de 7cm modelo 82, duas das quais se inutilizaram durante o combate” (Almeida, 1968).

e carência de meios logísticos (N. L. Pires, 2015). Para uma melhor percepção consultar o croqui da Área de Operações dos combates do Rovuma no Anexo H.

Em julho, as praças enviadas para o Rovuma passavam por uma revista médica antes de marcharem. No geral não era encontrada nenhuma doença, apesar de algumas caírem durante a revista (Silva, [1921]).

Em agosto o Batalhão nº21 já não tinha quase ninguém para executar qualquer serviço e os poucos que eram dados como prontos, não o estavam. As regiões pantanosas à beira do rio Rovuma, o clima, a presença próxima do inimigo e falta de uma boa alimentação, conduziram as tropas a um estado miserável fisicamente e psicologicamente. As alucinações provocadas pelo pouco descanso provocavam falsos alarmes noturnos constantes e gasto de munições (Silva, [1921]).

O comando do Batalhão era desempenhado na realidade pelo Quartel-General (QG), pois inicialmente o Cmdt do Batalhão foi nomeado Cmdt militar de Palma e passando depois a Cmdt de fronteira. O Cmdt interino que tinha assumido o comando do Batalhão, deixou o comando da 10ª Companhia para ocupar o cargo, mas acabou por ser nomeado Cmdt militar de Palma em Maio (Silva, [1921]).

3.3. 3ª Expedição

A 3ª expedição com destino a Moçambique foi preparada em meados de 1916, iniciando a sua partida a 28 de maio do mesmo ano e chegando nos primeiros dias de julho a Palma, porto mais a norte da província. Esta é a mais numerosa de todas as expedições para as colónias, com mais de 4600¹⁵ homens, sob o comando do General Ferreira Gil, que continuou com os objetivos definidos para a expedição anterior (Afonso, 2008). No Anexo D e E pode-se consultar a relação de tropas da expedição. Palma era uma povoação com duas ou três habitações para europeus e algumas palhotas para indígenas e, mais uma vez, nada estava preparado para receber as tropas. Incorporaram-se também as forças da expedição anterior cujo moral e capacidade física estavam completamente esgotados (Almeida, 1968).

¹⁵ Almeida (1968) refere ainda: “159 oficiais, 4483 praças e 945 solípedes”.

Na campanha de 1916, as tropas foram acompanhadas por carregadores indígenas, e a maioria dos relatórios apontam os inconvenientes de tal processo de transporte de mercadorias nessa mesma campanha (Abranches, 1944).

Na segunda metade de 1916, realizou-se a ofensiva portuguesa, marcada pela travessia do rio Rovuma e pela penetração em território alemão, com a tomada de Nevala (Afonso, 2008). Esta travessia era o primeiro objetivo da expedição de modo a satisfazer o que foi traçado pelo Governo da metrópole (Almeida, 1968). Pode-se consultar no Anexo I o TO em território alemão.

O Major médico Dr. Américo Pires de Lima (1933) refere que os médicos que acompanharam a Expedição de 1916, não possuíam, na sua generalidade, suficiente instrução sobre higiene tropical. Este ponto, juntamente com facto de se ter mandado incorporar na expedição os militares com doenças venéreas que estavam hospitalizadas no Hospital Militar Principal, com o intuito de os castigar, foi um dos fatores que diminuiu o potencial de combate das tropas da 3ª Expedição.

Mesmo após várias tentativas das tropas da Companhia do Niassa, estas não conseguiram tornar os Macondes vassallos das autoridades da Concessão. Até 1915, ignoravam a região em rebeldia e nem sequer tinham noção dos limites que os rebeldes ocupavam (Pires, 1924). Esta Concessão poderia ser considerada uma colónia privada dentro da colónia portuguesa e praticamente apenas se encontrava não para colonizar, mas sim para obter o máximo lucro possível da região. Os alemães inclusive possuíam ações da Companhia, que poderia ser corrupta e se suspeitava que colaborava com as forças alemãs (N. L. Pires, 2015).

3.3.1. Posto de Nangadi

Entretanto, os alemães atacam o posto de Nangadi guarnecido pelas forças portuguesas, que desde abril de 1916 que tinham feito raides contra vários postos. Estas conseguiram repelir, por duas vezes as forças germânicas, sendo a última vez a 31 de Agosto de 1916 (Costa, 1928). A primeira vez foi a 1 de agosto e quem a comandava era o Capitão Curado, com uma seção da 21ª CIE, comandada pelo Tenente Pereira, um pelotão da 1ª Indígena dos territórios ao comando de Alferes Maria e 16 praças do corpo de polícia do Niassa encabeçadas pelo 1º cabo Vieira. Em termos de armamento a 21ª Indígena e a 1ª dos territórios só dispunham de munições com pólvora negra, para as suas

antiquadas espingardas 8 m/K. As praças do corpo de polícia estavam armadas com espingardas Snyders (Curado, 1922)¹⁶.

A fim de evitar o corte de mais linhas de comunicação¹⁷, o Capitão Curado enviou um destacamento de 15 homens, comandados pelo tenente José Reis Pereira e dois cabos europeus, que avançou 300 metros na direção do inimigo, mas, rapidamente, foi forçado a retirar, entrincheirando-se. Os alemães avançavam a coberto da cerrada vegetação, pelo que era difícil conseguir avistar o seu movimento (N. L. Pires, 2014a).

Às 05 horas e 30 minutos de 1 de agosto uma coluna alemã com 3 metralhadoras e espingardas do último modelo de 1915, chega às posições sem ter sido notada pelos postos de vigilância do Rovuma, com informações precisas sobre as tropas portuguesas. Para a guarnição era a 1ª vez que enfrentavam o inimigo, mais ainda em superioridade numérica e material. Em combate o material era bastante deficitário, onde muitas “...munições falhavam e bastantes espingardas, de velhas, emperravam, não abrindo o ferrolho”, segundo Curado (1922). Também o fumo da pólvora negra, expunha toda a linha de fogo, tendo sido pois rasada por rajadas de metralhadora.

O destacamento alemão incluía 4 oficiais no comando de tropas indígenas e respetivos carregadores. O Capitão Curado teve de tomar decisões rápidas de ordem técnica e tática para a proteção da força e alguns dos seus soldados ainda não tinham o seu batismo de fogo (N. L. Pires, 2014a).

Depois de 2 horas de combate, com os alemães já a preverem a proximidade do desfecho favorável do combate, o comando conseguiu que as descargas de fogo fossem concretizadas à voz, de forma regular, calmo e preciso, fez com que o inimigo se retirasse com graves perdas, desorganizadamente às 9 horas (Curado, 1922). O efetivo português ficou com 2 oficiais e 12 soldados feridos, enquanto “do lado alemão morreram um oficial e cinco soldados, dois desaparecidos e dez gravemente feridos;” (N. L. Pires, 2014a).

Apesar de se ter obtido sucesso e repellido os germânicos, foi algo estranho terem atravessado o Rovuma sem que ninguém nos postos se apercebesse. N. L. Pires (2014) afirmou que os 5 postos de observação da área, encontravam-se a mais de 3km e era possível atravessar o vau sem dificuldades. Os militares no posto recuaram para a retaguarda sem terem dado o alarme. Quando tentaram pedir reforços, o comandante dessa força, Tenente Pereira, ficou ferido.

¹⁶ Livro de Ouro de Infantaria. Nas próximas referências a este autor e data, as citações serão deste mesmo livro.

¹⁷ Os alemães tinham sido avistados a cortar linhas telegráficas

3.3.2. Passagem do rio Rovuma

O atraso da chegada da companhia de transportes, que só desembarcou a 6 de setembro, teve consequências, fazendo perder os portos marítimos de Mikindani, Lindi e Quiloa no sul do território inimigo para os ingleses, apontada como uma das causas do insucesso da ação ofensiva portuguesa (Almeida, 1968).

A passagem do Rovuma prevista para ser executada em 3 colunas, a 19 de setembro de 1916, ficando uma delas conhecida como a “coluna negra” por ter como propósito desviar a atenção dos alemães a partir do dia 18 (Almeida, 1968).

Supunha-se que se encontraria uma forte resistência alemã ao longo deste rio, contudo a passagem aconteceu sem grande oposição inimiga, pois os germânicos abandonaram os entrincheiramentos dois dias antes, no entanto algumas patrulhas mantiveram-se no local. Retirando-se para o interior, tinham mais facilidade em enfrentar as forças portuguesas que eram maioritariamente constituídas por europeus, enquanto que as tropas alemãs eram compostas na sua maioria por indígenas (Almeida, 1968).

A 24 de setembro foi feito um reconhecimento sobre Nevala com uma força pequena. Foram organizadas duas colunas, a de Massassi e uma Escolta de Reconhecimento do Chefe do Estado-Maior, Major Azambuja Martins, para conquistarem Nevala, uma atacando por oeste e outra por este. Por esta ocasião, as tropas já se encontravam bastante desmoralizadas por causa do péssimo clima e da irregularidade dos abastecimentos (Almeida, 1968).

Depois de serem capturados os poços de água que abasteciam o fortim de Nevala, é que se avançou sobre este, com 3 colunas¹⁸, no dia 26 de setembro de 1916. O forte estava abandonado, embora o inimigo tenha feito fogos de artilharia umas horas antes. Claramente fazia parte da tática utilizada pelos alemães. Em suma, depois de ocupada Nevala, concluiu-se que a força estava reduzida a 600 homens, em condições desfavoráveis para marcharem sobre Massassi, onde se concentrava o adversário (Almeida, 1968).

¹⁸ Duas da coluna de Massassi e outra da Escolta.

3.3.3. Mahuta

A 4 de outubro de 1916, o Capitão Curado comandava a guarda avançada¹⁹ na escolta de reconhecimento a Nevala por Mahuta. Começando às 6 da manhã a marcha, encontravam-se na estrada de Mahuta que conduz a Nevala, sendo este terreno desconhecido para as tropas, um corredor estreito, aberto através duma mata de espinheiros. Visto que o calor era particularmente intenso naquele dia e que a água rapidamente se esgotou, as tropas apressavam-se a chegar a Mahuta, pois supunham que iriam encontrar água em abundância nessa localidade (Curado, 1922).

Às 16 horas começam a ouvir-se os primeiros disparos do inimigo, que estavam a aguardar pela passagem das tropas portuguesas, deixando passar a flecha, fizeram fogo sobre a extrema guarda avançada e o próprio grosso desta, alvejando também a flecha. Confrontou o inimigo parte da guarda avançada, reforçada pelo pelotão do Alferes Godinho e mais soldados da companhia comandados pelo sargento Ruivo. A 22ª CIE desenvolveu, de ambos os lados da estrada e evitaram que a guarda avançada fosse envolvida pela retaguarda. Não conseguindo destruir as forças portuguesas, as tropas alemãs conseguiram provocar o pânico nos muares e pessoal auxiliar que transportavam o material da coluna, fazendo com que fosse necessário retirar para a retaguarda para reorganizar (Curado, 1922).

Com os 90 homens que permaneciam quase corpo a corpo com o inimigo, hora e meia depois de iniciado o combate, as forças portuguesas “calam” as metralhadoras inimigas, fazendo fogo continuado até ao anoitecer. Isto permitiu ao grosso das forças retirar e apesar das baixas sofridas, fizeram com que o inimigo tivesse que recuar também devido às perdas que se infligiram (Curado, 1922).

3.3.4. A perda de Nevala

O Major Pires adoece, assumindo o comando da coluna Massassi, o Major de Artilharia Leopoldo da Silva. Este reorganiza a força, apensar das dificuldades sentidas, e define como objetivo desalojar o inimigo e ocupar Kiwambo. A coluna bateu-se a 8 de novembro na estrada com o adversário, conseguindo obter a vitória graças ao empenho

¹⁹ Constituída pela 21ª Companhia Indígena Expedicionária.

do capitão²⁰ e dos subalternos²¹, mesmo depois do comandante ter sido ferido gravemente (Almeida, 1968).

No dia 22 de novembro os alemães atacam e ocupam o posto da Ribeira de Nevala a 2,5km até ao Forte de Nevala e de onde este se abastecia, onde se resistiu fortemente e heroicamente. Depois disso ficaram com apenas água das cisternas. Durante os primeiros 3 dias os militares dispunham de 3 decilitros de água por homem e 5 nos restantes, mal conseguindo comer devido à falta de água, sofrendo com a sede. Mesmo com os constantes ataques inimigo que eram superiores em número e tinham material de melhor qualidade, a resistência foi sempre feroz (Cunha, 1922).

Inicialmente o efetivo da coluna era de 486 homens, número que foi decrescendo conseqüente do combate, ação do clima e falta de água. O comandante determinou que os 87 doentes assumissem postos nas trincheiras, o que fizeram sem hesitação. Em Nevala esperava-se por reforços, que por duas vezes tentaram romper o cerco mas os esforços foram infrutíferos (Cunha, 1922). Pode-se ver no Anexo J as defesas fortificadas do forte de Nevala.

Depois o racionamento de água e as doenças fizeram com que fosse impossível manter o fortim, decidiram-se então a abandoná-lo para a sua guarnição não ser feita prisioneira pelos alemães. As tropas portuguesas organizaram a sua retirada para 28 de novembro e só no dia seguinte foram notados (Almeida, 1968).

Em relação à retirada, antes de as tropas terem saído, as culatras são enterradas, tal como as munições e os víveres são inutilizados com petróleo. A escolha que tiveram que fazer deveu-se não só a incapacidade de defender eficazmente a posição, como também pela sede que sentiam, tal como diz Sota (1922, p.132)²², “O coração aperta-se porque sente o risco temerário da aventura. Mas quê? Entre o morrer de sede ou o capitular em massa, antes romper o cêrco e lutar em campo raso”.

A perda de Nevala para as tropas germânicas acontece a 29 de novembro de 1916 (Afonso, 2008). O próprio governador da África Oriental Alemã, Heinrich Schnee disse que a retomada de Nevala foi de uma maior importância para a defesa do Leste Africano (Pires, 1924).

²⁰ O capitão responsável pela continuação do ataque é o Capitão de Infantaria Curado.

²¹ O Tenente Aires de Abreu e o Tenente Canavarro apoiavam o avanço da Infantaria com o fogo das peças da divisão.

²² Livro de Ouro de Infantaria. Nas próximas referências a este autor e data, as citações serão deste mesmo livro.

As razões para a perda de Newala segundo Pires (1924) são a enorme distância a que se encontrava o QG, a extensão da linha dos postos e a interceção do inimigo nesta, a falta de comunicações fiáveis e a resistência ser feita em território hostil. A falta de um escalão de reserva também é necessária ter em conta, tal como a falta de apoio material, moral e falta de água, e como nada tinham à sua retaguarda, não tinham garantida a sua retirada em segurança.

As tropas acabaram por retirar até chegarem a Palma²³, perdendo e abandonando todos os postos que tinham sido conquistados na ofensiva além Rovuma. Visto que o General Gil estava gravemente doente e foi evacuado para Portugal a 26 de dezembro de 1916, assumiu o comando das forças o Governador Álvaro de Castro, que no primeiro semestre de 1917 concentrou-se em organizar o restante da expedição (Almeida, 1968). Pode-se consultar o Anexo I para melhor entender a disposição dos postos.

²³ Os postos de Maúta, Nichichira e Sicumbiro foram ocupados pelos alemães.

Capítulo 4

4ª Expedição para Moçambique

4.1. Início da 4ª Expedição

A 5 de janeiro de 1917 inicia-se o embarque da 4ª Expedição de tropas portuguesas para Moçambique (Afonso, 2008). Durante esse ano chegam reforços²⁴ de todas as armas, quando o país já se encontrava em grande esforço, pois simultaneamente estava a enviar forças para a França (Almeida, 1968). Pode-se consultar no Anexo C e N as tropas da 4ª Expedição para Moçambique.

Contudo não foram tomadas as devidas providências, ou seja, tendo como exemplo, o Batalhão nº 31 do Porto é aniquilado pelas doenças sem sequer sair de Mocimboa da Praia, tendo no primeiro mês cerca de 10% de baixas (Almeida, 1968). Inicialmente é Álvaro de Castro que assume o comando das operações, sendo este substituído pelo Coronel de Cavalaria Sousa Rosa a 12 de setembro em 1917 (Afonso, 2008) e (Almeida, 1968).

Devido a uma grande ofensiva a norte e a oeste da África Oriental Alemã, por parte dos ingleses e dos belgas, as tropas alemãs deslocaram-se mais para sul, dando mais atenção à ação das tropas portuguesas na sua colónia. (Afonso, 2008, p. 91) A invasão de Moçambique, sob o comando de von Lettow Worbeck, inicia-se então a 21 de novembro de 1917, com as tropas²⁵ alemãs a dirigem-se da região de Nevala para oeste, seguindo a margem norte do rio Rovuma (Almeida, 1968). Pode-se consultar os Movimentos de von Lettow Worbeck no Anexo K.

Segundo Afonso (2008) von Lettow tinha como objetivo fixar efetivos inimigos no interior de Moçambique, como dito anteriormente, impedindo-os de serem utilizados noutros teatros, em especial na Europa. Telo (2014a) refere ainda que, Lettow-Worbeck, quando realiza um ataque isolado em Mazúua em Agosto de 1914, já teria como objetivo

²⁴ Inclusive uma esquadrilha de aviação, que depois de um avião incendiar-se é encaminhada para Lourenço Marques.

²⁵ 320 brancos, 2000 ascáris, 2 peças de artilharia e 30 metralhadoras, a 15 companhias, segundo Almeida (1968)

lançar um efeito psicológico de intimidação e de contenção por parte de Portugal, que se encontrava como neutro nesse mesmo ano.

4.2. Negomano

A 25 de novembro de 1917, os germânicos iniciam uma ofensiva de grande envergadura a fim de não só conquistar postos fronteiriços, mas também entrar no interior do território português para se “desenvencilhar” da ofensiva inglesa, manter as forças para outras ações e reequipar-se com o material capturado no que toca a armas e munições (Afonso, 2008). Inicialmente envolveram de surpresa pelo sul o posto de Negomano²⁶ no norte da Província de Moçambique, conseguindo capturar espingardas, munições e medicamentos, para além dos 200²⁷ soldados que pereceram ou ficaram feridos e 5 oficiais que foram mortos²⁸ (Almeida, 1968). Pode-se consultar o Anexo O com a disposição das forças nos Combates de Negomano.

O inimigo era mais numeroso, com melhor armamento e bem municiado. A dificuldade, morosidade e escassez com que os abastecimentos feitos por carregadores em fila indiana ofereciam uma oportunidade ao inimigo de romper as linhas com facilidade caso não fossem vigiadas, para não esquecer a pouca vontade com que o carregador fazia o serviço. O exército britânico também não provia praticamente qualquer tipo de ajuda no que toca a transportes, alimentação e apoio de serviços (Quaresma, 1922)²⁹.

A coluna comandada pelo Major João Teixeira Pinto tinha apenas 300 cartuchos por praça, estando a 132km o posto de reabastecimentos mais próximo. Para além destes problemas, as guardas de flanco do inimigo cortavam as comunicações com o escalão superior. Estas guardas tinham um efetivo de 6 companhias e o grosso da coluna 2000 askaris, 100 europeus e 12 metralhadoras (Quaresma, 1922). De acordo com Martins (1938), as forças alemãs continham 2200 espingardas, bastantes metralhadoras, peças de Artilharia, 300 europeus e 3000 carregadores³⁰ a 15 companhias.

²⁶ Através de um espião, sabiam onde as tropas portuguesas estavam colocadas.

²⁷ Quaresma (1922) refere 286 soldados indígenas.

²⁸ Aqui morre o Major Teixeira Pinto que von Lettow aponta como modelo de valentia.

²⁹ Livro de Ouro de Infantaria. Nas próximas referências a este autor e data, as citações serão deste mesmo livro.

³⁰ Não esquecer que os carregadores por norma, têm também treino e prática de tiro, caso sejam necessários podem ser utilizados como reserva a empregar.

Às 7 horas da manhã o combate é iniciado pelas patrulhas alemãs. Mandou-se cavar trincheiras às tropas indígenas portuguesas com o sabre-baioneta³¹, para a maioria seria a primeira vez que entravam debaixo de fogo. As forças portuguesas ocupavam uma posição disposta na forma de quadrado e mais baixa do que a posição inimiga e acabando por serem cercadas. Com os fogos de Infantaria e metralhadoras, as tropas portuguesas perderam rapidamente um terço do seu efetivo. Um dos lados do quadrado acabou por se quebrar e uma secção chegou a fazer fogo para dentro do quadrado, tentando repelir os askaris que atacavam pela retaguarda (Quaresma, 1922).

As munições estavam quase esgotadas e as baixas foram elevadas, levando o adversário a assaltar a posição, desbaratando a resistência portuguesa. Apesar das baixas portuguesas sofridas, também a das tropas alemãs eram numerosas, acabando com 300 askaris mortos ou feridos, 3 oficiais mortos e 2 feridos.

As tropas germânicas continuam pelo rio Lugenda em marcha e estabeleceram contacto com as forças portuguesas em Serra Mecula (Almeida, 1968).

4.3. Serra Mecula

O combate da serra da Mecula, entre forças portuguesas e alemãs a 3 de dezembro de 1917 foi uma vitória para os alemães que custou muito a alcançar (Afonso, 2008). A serra Mecula é uma elevação pedregosa com algumas centenas de metros e aí se encontrava a 21ª Companhia Indígena de Infantaria comandada pelo Capitão Curado, com apenas 2 pelotões e 2 metralhadoras (Almeida, 1968). Relativamente ao nº de metralhadoras, Álvaro de Castro (1922)³² refere que são 5 e o nº de homens em 250 espingardas. Oliveira (1994) afirma que, para além da 21ª Companhia, também se encontram os respetivos carregadores e uma bateria de metralhadoras. O Capitão Sousa (1922, p.128)³³ declara que a guarnição de Serra Mecula é constituída por “2 pelotões da 4ª companhia indígena da Beira, 1 pelotão da 29ª indígena de infantaria e 5 metralhadoras Maxim, de 7mm, 77 da 1ª bateria indígena de metralhadoras e algumas praças da companhia do Niassa...”.

³¹ A coluna encontrava-se sem material de sapadores.

³² Livro de Ouro de Infantaria. Nas próximas referências a este autor e data, as citações serão deste mesmo livro.

³³ Livro de Ouro de Infantaria. Nas próximas referências a este autor e data, as citações serão deste mesmo livro.

A 30 de novembro o Capitão Curado foi reconhecer uma nova posição, visto que a anterior necessitaria de mais homens para a defender. Ocupada a posição a dia 1 de dezembro, perderam 4 dias e 5 noites a entrincheirarem-se. Tal como era costume do inimigo, foram postas em prática patrulhas para detetar mais rapidamente os movimentos das tropas germânicas, que chegaram às proximidades no dia 3 às 4 horas, também sob a forma de patrulhas, que acabaram por ser repelidas (Sousa, 1922). É importante referir que não existia nenhum contingente britânico em Serra Mecula, nem sequer correram em auxílio das tropas portuguesas.

Entretanto as forças inimigas vão aumentando o nº de patrulhas e o seu efetivo, todavia continuam a ser repelidas pelas nossas patrulhas, comandadas por cabos indígenas e que têm um comportamento de louvar, devido à forma como atuam. Às 6 horas do dia 3 as forças alemãs entraram em contacto com as forças portuguesas, mantendo-o até as 11 horas e a partir daí o inimigo começou a bater em retirada. Só não foi perseguido para não se abdicar dos poucos homens que guarneciam a defesa. De notar que os abrigos no dia 3 ainda estavam na primeira fase de preparação (Sousa, 1922).

No final do dia 3, os alemães retiraram com baixas consideráveis, voltando a atacar em 6, 7 e 8 de dezembro com efetivos maiores e só no dia 8 com o fogo de duas peças de artilharia conseguem vencer a resistência dos portugueses (Almeida, 1968). O adversário aproximou-se cada vez mais entre 3 a 6 de dezembro com uma força mais numerosa como o avizinhamento das fogueiras indicava. No dia 6 às 05:30, as posições defensivas eram atacadas com grande intensidade, por todas as direções, com as forças inimigas a serem reforçadas constantemente e a apertar continuamente o cerco. Os combates duraram dia e noite até às 13:30 do dia 8 em que a posição é tomada de assalto. As munições das espingardas eram poucas dando sempre primazia às metralhadoras (Sousa, 1922).

No dia 8 as forças alemãs conseguiram assaltar a posição, pois apropriaram-se da fonte de água que abastecia o posto, necessário para a continuação da defesa devido ao indispensável arrefecimento das metralhadoras e alimentação das tropas, compeliu a guarnição a bater em retirada (F. Martins, 1938). A defesa da fonte de água era assegurada pelas praças da Companhia do Niassa, juntamente com alguns condutores, num total de 15 ou 16 homens, que durante um dia inteiro, impediram que a água do posto fosse conquistada por uma companhia inimiga. O apoio no municionamento, neste caso, foi realizado por mulheres da região que se tinham refugiado no início dos combates (Sousa, 1922).

Após os combates de Negomano, as tropas germânicas seguiram em duas colunas, uma por Puxa-Puxa e outra por Nanguar. Depois das duas colunas se juntarem, quem comandava as forças alemãs era o General Wahle, acompanhado por von Letow Worbeck e do Governador Schnee, com 8 companhias, 10 metralhadoras, a divisão de artilharia e forças de reserva (Álvaro de Castro, 1922).

Esta resistência de extremo sacrifício que uma força sem reservas, sem contacto com as forças inglesas que se encontravam a cerca de 3 dias de viagem, foi de louvar pelo comando alemão. O comando alemão ao reparar que confrontou uma reduzida força com tanto fervor, permitiu a sua saída com as suas armas e equipamento. Inclusive o funeral do Tenente de Infantaria Lacerda foi conduzido pelo Governador Schnee acompanhado do seu chefe de Estado-Maior, com as respetivas honras militares (Álvaro de Castro, 1922).

4.4. Evacuação de Porto Amélia

Foi ordenado ao Coronel Sousa Rosa para evacuar Porto Amélia, que passava a funcionar como base para as forças britânicas, que vão desembarcando até meados de abril ficando sob o comando do General Edwards. Desde fevereiro que o general Van Deventer tinha assumido o comando das forças aliadas³⁴ (Almeida, 1968).

Para fugirem ao cerco que as forças inglesas prepararam na região do rio Malema, as forças alemãs entram no distrito de Quelimane, na direção de Lugela. Os depósitos da companhia do Lugela caíram em poder dos alemães, capturando os géneros e destruindo os edifícios. O QG português foi mudado para Quelimane e o QG britânico para Moçambique. Para além do reforço de um batalhão indígena pertencente aos ingleses, também 2 cruzadores protegem a vila de Quelimane (Almeida, 1968).

No final de junho de 1918, o inimigo penetrou na região de Quelimane, conseguindo arrasar culturas, molestar e recrutar a população local sem as colunas aliadas os terem detido. No dia 26 de junho a presença germânica é assinalada a norte do rio

³⁴ Até então as forças portuguesa e inglesa trabalhavam independentemente, embora cooperando uma com a outra.

Licungo e o comando decidiu que se deveriam opor a esta força e oferecer uma forte resistência (Rego, 1922)³⁵.

4.5. Nhamacurra

Nhamacurra encontra-se a 40 quilómetros (km) de Quelimane e servia como depósito a uma grande companhia açucareira, tinha uma estação de caminho-de-ferro e tinha acesso a um rio navegável. Os alemães tinham conhecimento disso, estabeleceram-no como objetivo remunerador e avançaram sobre a localidade (Almeida, 1968).

Tendo como missão impedir o invasor de marchar sobre Quelimane, que se encontrava fracamente defendida, são destacadas em Nhamacurra 2 CIE (21ª e 39ª), uma divisão de artilharia e 2 companhias britânicas. A partir de 29 de junho começaram os trabalhos de preparação para a defesa, abrigos e trincheiras e foi exigido que no dia 2 de julho fossem guarnecidas as posições de defesa (Rego, 1922).

Quando o Major Matheus ao regressar dia 1 de julho para Nhamacurra de comboio, depois de terminar a sua missão de estudar os postos, as construções a efetuar e as vias comunicação de Munhiba, notou a uns 6km de Nhamacurra, o seguinte: “... o corte da linha telegráfica, chamando a minha atenção, (...) para o facto que atribuímos a um mero acaso, porquanto as notícias que colhemos tanto na ida como no regresso, davam o inimigo muito longe de ali” (Matheus, 1918, p. 1). Mais tarde este comboio é atacado por cerca de 20 askaris sob alçada dos alemães, que tinham preparado uma emboscada junto do caminho-de-ferro. O maquinista, que não abandonou o seu posto, conduziu o comboio até à estação, pelo contrário alguns soldados indígenas fugiam em direção ao mato (Matheus, 1918).

³⁵ Livro de Ouro de Infantaria. Nas próximas referências a este autor e data, as citações serão deste mesmo livro. Este Alferes António José de Campos Rêgo é irmão do Alferes José H. de Campos Rêgo que é morto nos combates de dia 1 de julho.

Capítulo 5

Combates em Nhamacurra

5.1. Efetivo Aliado e suas Táticas

O comandante das forças britânicas e portuguesas era o Tenente-Coronel Brown, da *King's African Rifles* (KAR) e tinha como missão defender a localidade de Nhamacurra (Almeida, 1968) e (Menezes, 1918).

A posição dividiu-se em 3 sectores: o esquerdo e o central eram guarnecidos por portugueses, com uma ribeira funda e pantanosa entre eles, enquanto o sector mais a direita era ocupado por tropas inglesas. No sector da esquerda posicionou-se também uma divisão de artilharia da 5ª e 6ª Bateria (Almeida, 1968). Pode-se consultar o esboço dos Combates no Anexo H e o Croqui dos Combates no Anexo I.

A fábrica de produção de açúcar pertencia ao setor da esquerda, o cais fluvial e a estação de caminho-de-ferro ficavam no 2º e 3º sector (Almeida, 1968).

Relativamente às tropas portuguesas segundo Menezes (1918, p. 1):

- A 39ª Companhia Indígena Expedicionária (CIE) tinha como missão apoiar o flanco esquerdo no caminho para Medirra (1º sector) e tinha como reserva na sua retaguarda, um pelotão comandado pelo Alferes de Infantaria José Campos Rego;
- A 21ª CIE guarnecia o 2º sector em parapeitos que permitiam o fogo de pé e tinha como objetivo apoiar o flanco direito da linha férrea. À sua retaguarda encontrava-se um pelotão num aglomerado de árvores, sob o comando do Alferes de Infantaria Romaneiro;
- A 25ª CIE estava a 700 metros da Fábrica e o apoio à Artilharia era a sua missão;
- Artilharia tinha como missão bater os campos sizal ou a ponte.

Entre o flanco direito da 39ª CIE e o flanco esquerdo da 21ª CIE, achava-se uma distância de 300 a 400m. Ao nível do armamento utilizado pelas tropas portuguesas, Portugal inicialmente tinha comprado armamento alemão e depois da declaração de

guerra, é que passou a comprar armamento inglês. Logo não há uniformidade em relação às armas principais usadas e algumas de calibres diferentes, dificultando assim o seu reabastecimento (Herdade, 2001). Pode-se consultar o armamento utilizado no Anexo M.

No que toca às tropas britânicas segundo (Menezes, 1918, p.1):

- A Companhia nº 42/3 do KAR tinha como fim apoiar o flanco esquerdo na linha férrea e alargava-se por todo o 3º sector, ficando à sua retaguarda um pelotão de reserva;
- A Companhia nº 32/3 KAR guarnecia a posição a sudeste da estação de comboios, que seria a reserva total.

Tentou-se utilizar as táticas alemãs, pondo em prática as pequenas patrulhas, que não deram o devido rendimento, visto que não se conseguiu detetar o inimigo com facilidade.

5.2. Efetivo Alemão e suas Táticas

As tropas alemãs eram constituídas da seguinte forma (Costa, 1932):

- QG;
- Destacamento Poppe (3 companhias: 4ª, 11ª e a 21ª);
- Destacamento Kohl (4 companhias e 1 bateria: 3ª, 10ª e 13ª Companhias e 2ª Bateria);
- Destacamento Meyer (5 companhias: 9ª Companhia, entre outras);
- Destacamento Stternemann (4 companhias);
- Destacamento Spangenberg (2 companhias: 17ª e 6ª Companhia, guarda da retaguarda);
- Destacamento Müller (3 companhias, guarda avançada).

Os alemães avançaram sobre Nhamacurra³⁶ com o grosso das forças e com o Capitão Müller na guarda avançada (Almeida, 1968). A guarda avançada tinha 3 companhias, que tinham de desempenhar dupla função de uma Cavalaria enviada a grande distância para reconhecer e de uma Infantaria de guarda avançada enérgica (von Lettow Worbeck, 1923).

³⁶ Os Askaris alemães consideravam-na como Kokosani, causando alguma confusão sobre onde estaria o depósito de munições (von Lettow Worbeck, 1923)

Em termos de tática a utilizar, deixava o Capitão Müller decidir se um objetivo era prometedor e qual o melhor caminho a seguir, depois Lettow Worbeck levaria o grosso da força a intervir em seu auxílio. Esta responsabilidade dada a um comando subordinada só era possível devido a um sã julgamento tático aliado a uma grande iniciativa por parte do Capitão. Von Lettow decide assim pois considera mais importante ficar no grosso da força, caso a situação mude, poderia adaptar-se rapidamente e adotaria novas disposições (von Lettow Worbeck, 1923).

Não era possível para as forças marcharem concentradas pois tinham de procurar materiais, cortar madeira, construir abrigos para os doentes, etc. De acordo com (von Lettow Worbeck, 1923), “o destacamento de Müller, a guarda avançada, marchava a um ou dois dias de marcha na nossa frente.

O destacamento de Spangenberg, a guarda da retaguarda, seguia o grosso à distância de cerca de um dia de marcha.” As comunicações entre estas forças, eram mantidas por bons corredores indígenas.

Apesar de que foi garantido às tropas aliadas pelo diretor da fábrica de que o Licungo não dava para passar a vau e que caso os alemães se aproximassem, os trabalhadores das plantações os avisariam, as tropas germânicas acabaram por atravessar de qualquer das formas. O que acontecera foi que a guarda avançada alemã atravessou o rio a vau no dia 1 de julho, com água até ao pescoço e levando várias horas, todavia não foram detetados (Almeida, 1968). Mais uma vez as tropas alemãs demonstram a sua perseverança, conseguindo ainda obter surpresa perante as nossas tropas.

Utilização constante de patrulhas com poucos elementos de forma a fixar as nossas forças, sem se empenharem decisivamente. Assemelham-se às táticas de guerrilha.

A precisão e rapidez com que foi realizado todo o combate de dia 1, aliando ao facto de que 10 minutos antes do início do ataque, as comunicações apareceram cortadas, indica um perfeito serviço de espionagem dirigido por um oficial miliciano da Suíça Alemã de que se duvidava anteriormente (Menezes, 1918). Relativamente à obtenção de informações, encontraram 30 indígenas no dia 1, que tinham trabalhado em Nhamacurra e disseram que estavam portugueses acampados.

É decidido por von Lettow que Nhamacurra é o objetivo mais prometedor, contudo não tinham a certeza se seria possível capturar esta localidade com os poucos recursos que possuíam, por pensarem que estava altamente fortificada. Ao chegar ao Licungo, em que a água alcançava o pescoço nas zonas mais profundas, decidiram-se a atravessá-lo

para se reunirem com o destacamento de Müller, levando cada homem cerca de uma hora para o atravessar (von Lettow Worbeck, 1923).

5.3. Desenvolvimento do combate e suas condicionantes

Nos seguintes pontos analisa-se a forma como os Combates em Nhamacurra ocorreram, de acordo com a fita do tempo. Este subcapítulo divide-se em 3, correspondendo aos dias que os combates aconteceram. Aconselha-se o seguimento dos combates com os Anexos N e O para uma melhor visualização da defensiva.

5.3.1. Dia 1 de julho

O Alferes Menezes que seguia juntamente com o Major Matheus, afirmou que pelas 14:30, entre os 5 e 6km, uma linha telegráfica se encontrava cortada e foram instantaneamente surpreendidos por uma descarga inimiga de Infantaria. Para além de cortar as comunicações do inimigo, também ataca logo de seguida com 9³⁷ askaris com o fim incapacitar o maquinista e pessoal que se encontrava nos vagões. São novamente atacados por uma patrulha de 5 askaris, que como veem o seu fogo a ser correspondido pelo Alferes Camara e pelo Alferes Menezes, não se atrevem a assaltar o comboio. (Menezes, 1918).

Sabia-se que o inimigo permanecia na mesma região, através de um reconhecimento lançado pelas nossas tropas e julgava-se que se encontrava algo longe daquela localidade. Desde a madrugada de dia 1 que se trabalhava intensamente em todos os sectores sem qualquer incidente (Rego, 1922).

Às 15³⁸ horas do dia 1 de julho, enquanto se ultimavam os entrenchamentos e se colocavam as metralhadoras em locais apropriados, o adversário ataca de surpresa o flanco esquerdo, flanqueando-o. Surgiu imediatamente após isso o ataque pela retaguarda através do rio Nhamacurra com o objetivo claramente focado na fábrica e na artilharia. As forças dos outros sectores entrencharam-se perto da estação (Almeida, 1968).

³⁷ Matheus (1918) refere que não seriam mais de 20.

³⁸ Rego (1922) refere cerca das 16 horas.

Chegado o Major Matheus à estação no mesmo dia, reparou que o combate se desenrolava para oeste, perto da fábrica do Boror, a 3 km da sua posição, ouvindo-se fogos de metralhadora e Artilharia que disparara rapidamente. Contudo não conseguiu perceber qual o dispositivo português que combatia, nem conseguiu verificar a fase do combate (Matheus, 1918). Ao comunicarem com o Tenente-Coronel Brown, pede ao Alferes Menezes para ficar junto dele, pois não era fluente em Francês, língua que era mais conhecida entre os portugueses, estando portanto com dificuldade em comunicar com os oficiais portugueses (Menezes, 1918). Aqui se encontra mais um aspeto desfavorável ao trabalho conjunto das forças aliadas.

Quando interrogam o Alferes Romaneiro, Cmdt do Pelotão da reserva da 21ª CIE, este nada sabia do paradeiro das outras unidades nem da Artilharia. A inexistência de ligação entre as unidades e entre as unidades e o comando, demonstrou que as tropas se encontravam mal organizadas. Apenas existia uma ligação entre o chefe de Estado-Maior, que vivia junto da fábrica, e o comandante das forças Anglo-Portuguesas (Menezes, 1918).

O adversário foi rápido a atuar, ficando o comando inglês com dificuldades em inteirar-se de toda a situação. Temia-se um ataque pelo flanco direito ao posto de etapas que continha víveres e munições, visto que os Askaris que tinham atacado o comboio se tinham dirigido nessa direção (Matheus, 1918). O Alferes Menezes, às ordens do Tenente-Coronel Brown, ofereceu-se para procurar pelo Capitão Damasceno, de modo a perceber o que se estaria a passar na Fábrica e foi acompanhado por um escolta de 6 soldados, iniciando a marcha a partir das 16 horas e 30 minutos. (Menezes, 1918)

Por volta dessa hora, já a fábrica e a Artilharia tinham sido tomadas. Alguns elementos de Artilharia fugidos, informaram que as peças que tiveram de ficar na sua posição pela rapidez do ataque, foram inutilizadas, impossibilitando-as de fazer fogo. Implementou-se uma patrulha a 9 homens para vigiar o rio Nadobe. Foi mandado construir trincheiras para travar a ação do inimigo que claramente se encontrava na fábrica. Numa posição inglesa, sob o comando do Tenente Henderson, também são feitas trincheiras para defender a ponte se por aí o adversário avançasse. A falta de comunicações era tão acentuada, que neste momento ainda não havia nenhuma informação da 39ª e 25ª Companhias (Menezes, 1918).

Às 17 horas e 30 minutos é avistada uma forte força inimiga, avançando para Nhamacurra a partir de nordeste. Ao anoitecer é enviado um pelotão inglês à fábrica com o intuito de verificar a presença inimiga e o seu efetivo consoante a resposta ao fogo. No

deslocamento encontraram uma patrulha adversária e tiveram que mudar de direção e abordar a fábrica por outro lado. Esta patrulha voltou a encontrar resistência e retira-se. Às 24h o Tenente-Coronel Brown decidiu fazer um entrincheiramento à volta da estação de comboios, devida à falta de carregadores, que lhes retirava a mobilidade (Menezes, 1918).

Segundo as conclusões de Matheus (1918, p. 2) e (Menezes, 1918), as forças portuguesas e inglesas foram surpreendidas devido à falta de vigilância nos eixos de aproximação mais prováveis, pois “já depois de iniciado o combate, ainda a companhia inglesa destinada a guarnecer o sector a nordeste da estação não tinha ocupado a sua posição...” e só depois do comboio passar, é que as posições portuguesas são ocupadas. A linha que se ocupou era demasiada extensa³⁹ e a reserva⁴⁰ foi mal empregue, não sendo capaz de parar o ataque envolvente do inimigo e como resultado a artilharia foi tomada e a 39ª Companhia envolvida.

O adversário deveria estar bem informado sobre o dispositivo das forças, pela rapidez da sua atuação e preparação do ataque com minuciosidade, pois cortou linhas de comunicações⁴¹ com a fábrica. Em termos de comunicações também se denota uma falta de organização das nossas forças, visto que não havia ligações e apoio mútuo entre os sectores e os comandos e até entre sectores.⁴² As tropas inglesas não socorreram as tropas portuguesas, pois as forças germânicas fizeram fogo sobre o flanco direito, com o intuito de fixar as forças inglesas. Os soldados que escapavam da fábrica confirmavam que esta tinha sido tomada pelos alemães (Matheus, 1918).

Também segundo (Menezes, 1918), uma companhia alemã que provavelmente constituía a guarda avançada do grosso da força inimiga, aproximou-se muito perto da fábrica sem ter sido detetada. Então, exerceu pressão e envolveu o flanco esquerdo da 39ª CIE que acabou por ceder. Em seguida a companhia alemã deslizou ao longo do rio, surpreendeu a Artilharia e derrotou a 25ª CIE. As praças ao serem envolvidas invertem as posições de defesa, fazendo do parapeito um abrigo improvisado, fizeram fogo intenso sobre os alemães, que avançaram mascarados e com rajadas de metralhadora e fogos de Infantaria. A 21ª CIE não consegue ajudar a 39ª CIE devido ao rio largo e profundo que

³⁹ Superior a 3 km. (Matheus, 1918)

⁴⁰ A reserva era a 25ª Companhia. (Matheus, 1918)

⁴¹ Segundo Menezes (1918), as comunicações para Munhiva e Quelimane foram cortadas ao mesmo tempo.

⁴² A 39ª Companhia foi atacada e envolvida pelo adversário e a 21ª contígua a esta, não foi em seu auxílio. (Matheus, 1918)

se encontra entre elas. A Artilharia, que passou a estar à frente, receberam também os fogos intensos do inimigo e responderam com duas granadas (Rego, 1922).

Tal esforço é ineficaz, pois os alemães aproximaram-se das guarnições das peças que foram dizimando, alvejaram o Alferes Lemon enquanto tentava encravar as peças. O mesmo acontece ao Alferes José Rego, enquanto iniciava um contra-ataque que acabou por falhar. Tentou-se reverter a situação, o que já não era possível, então decidiu-se destruir as metralhadoras e quebrar as culatras das espingardas, pois não tinham alternativa a não ser morrer ou entregar-se (Rego, 1922).

A 39ª CIE como foi atacada pela retaguarda, sofreu um elevado número de baixas e prisioneiros, e a razão pela qual, quase não apareceram soldados na estação. O mesmo não aconteceu com a 25ª CIE cujos soldados fugiram em grande número.

Durante este dia foi ferido o Alferes de Artilharia Macedo, morrendo 22 dias depois em Quelimane e o Alferes Rego, morto quando carregava à baioneta à frente do seu pelotão contra askaris, que se encontravam já dentro da posição (Caroço, 1922)⁴³.

No dia 1, segundo Rego (1922), a Infantaria indígena sofreu 46 mortos e 66 feridos.

5.3.2. Dia 2 de julho

Segundo Almeida (1968), no dia 2 de julho a defesa consegue repelir o ataque germânico. A 21ª CIE retirou-se nesse dia, por pelotões para a estação com o fim de se entrincheirarem, saindo da posição o pelotão inglês que aguardava entrincheirado. De acordo com Menezes (1918, p. 4), “ao alvorecer as forças anglo-portuguezas estavam entrincheiradas em torno da estação, achando-se os pelotões da 21ª Companhia enquadrados com os pelotões ingleses.”

Às 07 horas e 30 minutos o inimigo atacou com 90 espingardas e 2 metralhadoras a nordeste, com o intuito de descobrir a posição e capacidade de fazer fogo das nossas tropas. Os alemães retiraram depois de algum, deixando no terreno 5 mortos, encontrados por uma patrulha inglesa que avistou de igual forma muitos feridos a escaparem-se. Estes pequenos ataques foram-se repetindo, até que atacou em força por nordeste e noroeste, com 2 companhias e 4 metralhadoras, ainda durante o dia (Menezes, 1918).

⁴³ Livro de Ouro de Infantaria. Nas próximas referências a este autor e data, as citações serão deste mesmo livro.

As tropas aliadas conseguiam fazer um fogo bastante “denso”, provocando um elevado número de baixas ao inimigo. Conseguia-se ouvir os toques e gritos indígenas para assaltar as posições, contudo nada faziam devido ao fogo contínuo, até acompanhado por um canhão revólver. Apenas ao anoitecer foram levadas para as trincheiras bolachas e latas de conserva para alimentar as tropas, que desde o dia anterior ainda não tinham comido (Menezes, 1918).

Segundo Van Deventer (1918), as 400 tropas portuguesas entrincheiradas numa posição a cerca de 2km de tropas inglesas, renderam-se ao inimigo depois de uma breve escaramuça. Afirmou também que as forças britânicas não foram solicitadas para ajudar.

O fogo durante todo o dia fez com que as tropas inglesas ficassem sem munições, que, segundo (Menezes, 1918, p. 5), “os soldados ingleses que no começo do combate tinham 150 cartuchos por homem, possuíam neste momento apenas 50 cartuchos por cabeça.” Foi discutido em conselho de oficiais uma possível retirada por falta de munições, todavia decidiu-se esperar mais algum tempo.

Durante a noite chegou um gasolina⁴⁴ com uma lancha a reboque contendo 60.000 cartuchos ingleses, facto que fez o comandante a decidir-se por manter-se na posição e esperar por reforços de Munhiba. Os disparos continuaram durante a noite, mas com menos intensidade (Menezes, 1918).

5.3.3. Dia 3 de julho

No dia 3 de julho pelas 8 da manhã, as tropas germânicas atacaram com um fogo muito intenso. Surgiram mais 2 metralhadoras a fazer fogo em direção às nossas metralhadoras, com o único objetivo de as suprimir. Inclusive os askaris subiram as árvores para observarem as nossas forças e fazerem fogo sobre elas, conseguindo as forças inglesas abaterem 3 destes askaris empoleirados nas árvores (Menezes, 1918).

Desde o dia anterior, sempre que alguém entrava ou saía da estação, faziam fogo sobre ela, com rajadas de metralhadora e fogos de Infantaria inimiga. Contudo, neste dia esse procedimento acontecia com muito mais insistência. As tropas alemãs procuravam incessantemente também fazer fogo sob a trincheira onde se situava o comando (Menezes, 1918).

⁴⁴ Pequena embarcação a motor que funcionava a gasolina.

Embora a situação estivesse a nosso favor até às 15 horas, a partir daí verteu completamente a favor do inimigo. Começaram fogos de Infantaria cessando apenas para dar começo aos fogos de Artilharia. A primeira granada não produziu muito efeito, no entanto a segunda atingiu a estação, fazendo com que entrassem em pânico os seus ocupantes, que depressa se dirigiram para a trincheira mais próxima, dificultando a tarefa das tropas que a ocupavam. As granadas lançadas pela artilharia inimiga, estavam reguladas por tempos e não por impactos, caindo também nas trincheiras a nordeste e apoiadas por um forte fogo de metralhadoras na direção da estação (Menezes, 1918).

As tropas indígenas nas posições de reserva que se encontravam entrincheiradas, fugiram, precipitando-se alguns para as trincheiras da frente. Tropas indígenas inglesas e portuguesas abandonaram as trincheiras a nordeste e sudeste e na trincheira de reserva fica um pelotão inglês em pânico.

Foi comunicado ao Comandante Brown que askaris alemães haviam ocupado a face nordeste. O comandante ordenou então, que o pelotão de reserva, com as baionetas colocadas, fizesse fogo sobre a face nordeste e deu ordem para a retirada as tropas. Deu ordens também para um pelotão se mova da frente do lado esquerdo, para fora das trincheiras e para ocupar o sector a sudeste, com o fim de cobrir a retirada (Menezes, 1918).

Pelo contrário Van Deventer (1918) reportou que 120 homens das tropas lusas se misturaram com os britânicos numa posição defensiva, entraram em pânico e fugiram. Afirmava também que depois da deserção portuguesa acabaram por perder a posição durante a confusão gerada.

O Comandante Brown decide retirar com o seu ajudante, alguns oficiais e o próprio Tenente Menezes, saindo da trincheira em que estava posicionado para a trincheira a sudoeste e depois para o mato. Em ambos os trajetos encontraram-se debaixo de fogo de metralhadoras, alvejando um Tenente inglês e o Capitão Jervis que morreu instantaneamente com um tiro no pescoço. O pelotão português comandado pelo Alferes Romeiro na parte noroeste e as tropas inglesas a esquerda continuavam a executar fogo (Menezes, 1918).

Mais uma vez, tentou-se reunir sob o comando de Brown, askaris para realizar um movimento, contudo o seu número era insuficiente. Então deslocaram-se em direção ao rio para o atravessar. O Tenente Menezes juntamente com o Tenente Morton, Alferes Lafono e muitos soldados portugueses e ingleses retiraram para o Maquival, onde chegaram às 10 horas do dia 4 de Julho (Menezes, 1918).

Uma das razões para no dia 3 o ataque germânico ter obtido melhores resultados, foi terem conseguido adaptar uma culatra capturada em Nevala a uma das peças capturadas do dia 1 e fizeram fogo sobre a estação (Almeida, 1968). Menezes (1918, p. 7) afirma que “Até ao aparecimento da artilharia as tropas anglo-portuguesas portaram-se com denodo fazendo as metralhadoras muito bom serviço.”

De acordo com as declarações dos tenentes Henderson e Morton 75% das tropas inglesas não tinha sequer tentado entrar em combate (Menezes, 1918).

Segundo Van Deventer (1918), declarou que as tropas portuguesas provocavam um enorme transtorno depois do inimigo ter atravessado o rio Rovuma. Também afirmava que não tinham causado mais de 50 baixas desde que a guerra tinha começado e que o adversário já tinha capturado desde novembro de 1917, 3 peças de campanha, 20 Maxims, 1000 espingardas, um milhão de munições e quantidades incalculáveis de roupa, comida e medicamentos.

Apesar das tentativas de cooperação e de dar condições favoráveis para fazer frente ao inimigo aos portugueses, Van Deventer (1918) apontou que as tropas lusas falharam redondamente.

Ao passo que Menezes (1918) afirmava que material que foi apreendido era: uma metralhadora que acabava de ser reparada e se encontrava na estação, mais outras duas, uma das quais é inglesa encontrando-se completamente inutilizável. Também foi capturado pelo adversário 6 cunhetes de munições para metralhadoras, 60 cunhetes de munições para a espingarda 6,5 e 60.000 cartuchos para a espingarda inglesa. No que toca a prisioneiros, todos os restantes oficiais foram feitos prisioneiros, no total de 17.

Não resta qualquer tipo de dúvida que, tanto portugueses como britânicos, se colocaram em fuga durante os combates, todavia existem críticas que aplicam a culpa única e exclusivamente às tropas lusas. (N. L. Pires, 2015)

5.4. Pós Combates de Nhamacurra

O culminar destes Combates de Nhamacurra são também o culminar das ações com mais importância no TO Moçambicano das forças portuguesas. De acordo com Rego (1922, p.88) “É justo porém considerar que foi aqui, nesta dura etapa de valor e sacrifício para as nossas armas, que sofreu um duro choque a investida alemã, reconhecendo Von

Lettow as dificuldades insuperáveis da empresa de investir Quilimane e resolvendo-se a retirar sem atingir o seu objetivo”.

Para os britânicos, a campanha não acabara, pois os KAR enfrentaram a *Schutztruppe*, que perseguiram até à sua retirada a 28 de setembro, nunca conseguindo derrotá-los decisivamente. Von Lettow Worbeck não chegou a ser capturado durante o decurso da guerra, alcançando assim o seu objetivo (Garcia, 2004).

O Coronel Sousa Rosa seguiu para a metrópole a 7 de Julho e nomeou-se para o substituir o General Gomes da Costa, que apenas assume o comando após o Armistício a 21 de dezembro (Almeida, 1968).

Von Lettow Worbeck atravessa o Rovuma após 10 meses em Moçambique, a 1 de outubro de 1918, rendendo-se aos ingleses ao saber do armistício (Almeida, 1968). Costa (1928) menciona ainda que von Lettow se mantinha em território português desde 25 de novembro de 1917 e atravessa o Rovuma a 28 de setembro de 1918 e ao dirigir-se para a colónia inglesa da Rodésia do norte, é interpelado para assinar a rendição. Durante as marchas até à rendição, a coluna alemã perde homens, uns em fuga, outros para as doenças (N. L. Pires, 2015).

Segundo Almeida (1968), os números portugueses são os seguintes: 2324 mortos nos combatentes; 2487 nos carregadores; 301 feridos e 1283 incapazes para o serviço. Segundo (Marques, 2012), os números são ligeiramente diferentes, entraram em combate 39201 homens, destes, 19438 europeus, morrendo 2007 europeus, cerca de 3 vezes mais soldados africanos e um número inestimável de carregadores desconhecidos.

Pode-se consultar o Apêndice B para ter conhecimento do número de mortos de cada Regimento/Unidade, o Apêndice C apresenta a relação entre escalões e os desaparecidos, prisioneiros, incapazes e feridos. Para uma melhor perceção do número de mortos causados por doenças desde 1916, consultar Anexo P.

Barbosa (1917, p. 142) afirmou que “Lacuna imperdoável na organização militar colonial é não existir uma preparação conveniente, para que uma força expedicionária da metrópole possa económica e prontamente marchar para apoiar as forças coloniais” facto que não acontecia.

“O grande e sintético ensinamento colhido (...) foi que os nossos adversários sendo conhecedores do terreno e incansáveis na instrução de tropas (...) enquanto nós ignorantes do terreno e negligentes na instrução das tropas ficámos quase sempre reduzidos a uma atitude passiva” (Martins, 1920, p. 132). Daqui obtêm-se que o comando se deveria ter preocupado com mais intento na instrução de tropas anteriormente e durante

a guerra, também como o terreno, como por exemplo locais onde se poderiam reabastecer de água.

Em suma, enquanto os alemães e os britânicos criavam ou tentavam criar condições logísticas para sustentar as operações no enorme e inóspito território africano, Portugal pouco ou nada melhorou as suas condições de sustentação, observando-se que as sucessivas expedições chegadas a Moçambique encontravam as mesmas péssimas condições, sem praticamente nenhuma modificação (N. L. Pires, 2014a).

Capítulo 6

Conclusões e Recomendações

6.1. Questões Derivadas

Este capítulo tem como finalidade responder às questões levantadas durante a investigação. Com esse fim, as hipóteses apresentadas, consoante os pressupostos, poderão ou não ser confirmadas conforme as respostas dadas às questões derivadas e, por sua vez à questão de partida.

Relativamente à QD1 – “Em que condições foram os militares enviados para Moçambique?”, entende-se que a resposta que se procura é se existia ou não algum tipo de preparação especial para a missão, como por exemplo juntas médicas realizadas às tropas e algum tipo de treino adicional. Surge na sequência desta questão a hipótese: “Os cuidados com a preparação das forças eram escassos”. Esta hipótese confirma-se na sua totalidade, que mesmo com o avançar do tempo e da experiência, a preparação das forças continua a ser mal processada e com pouca atenção aos erros cometidos nas expedições anteriores.

É possível então dar resposta à QD1, não havia praticamente nenhum tipo de preparação ou cuidado no envio de tropas. Simplesmente reunia-se uma certa quantidade de militares de várias unidades, por vezes com recompletamentos de última hora. No que se refere às juntas médicas, até se chegava a enviar militares com doenças sexualmente transmissíveis como meio de os punir. Também não se proporcionou o tipo de treino necessário aos indígenas que lutavam lado a lado e sob alçada dos europeus.

Para além destas Observações, poderíamos identificar aqui várias Ações Corretivas, como por exemplo organizar a higienização das tropas, impondo-a e regulamentando-a, a construção de edifícios para receber as tropas com as respetivas precauções relativamente aos mosquitos e ao clima e, inicialmente, a adaptação das tropas fazer-se junto das cidades para que o soldado não se encontre de imediato em contacto com as dificuldades do mato. Se a condição tática o permitir, até se poderia escolher a estação do ano em que o militar chegaria ao Teatro de Operações, de forma a ter uma

adaptação mais suave. Neste âmbito, também é possível identificar uma Boa Prática do inimigo, a pouca utilização de tropas europeias (mais ao nível dos graduados) e mais utilização da população da colónia, pois não se perderia tanto tempo com a suposta adaptação, dando-se primazia ao treino a realizar.

Na QD2 – “Quais as táticas utilizadas por ambas as partes?”, o que se pretende é identificar as diferenças entre as táticas que ambas as partes puseram em prática e quais as mais favoráveis no que toca a este Teatro de Operações. Para esta QD, apresenta-se a seguinte hipótese: “A tática utilizada pelas forças alemãs garantia mais vantagens sobre o adversário, do que a utilizada pelas forças aliadas”. Esta hipótese confirma-se, pois o adversário conseguiu quase sempre atingir o seu fim, contudo as tropas portuguesas em algumas situações ofereceram grande resistência e até foram louvadas pelo comando alemão, como é o caso de Serra Mecula.

A resposta à QD2 é que ambas as táticas tinham semelhanças, como as ainda existentes cargas napoleónicas com luta corpo a corpo e a utilização de metralhadoras para aumentar o volume de fogo. Contudo, algumas das táticas utilizadas pelos alemães é que produziam toda a diferença no resultado final. A aplicação regular de patrulhas e o serviço de espionagem dos alemães nos territórios vizinhos, fazia com que estivessem ao corrente de cada passo das tropas aliadas. É certo que as tropas portuguesas, nomeadamente sob o comando do Capitão Curado, também tivessem empregado patrulhas no terreno, obtendo o resultado pretendido, mas na sua maioria ou não se aplicavam ou eram mal empregues. Logo, os portugueses eram surpreendidos com frequência.

Ambos os lados utilizavam carregadores para transportar o material e gado. Apesar do gado ter contraído doenças, ambos os contendores pouco ou nada podiam fazer em relação a isso, a não ser protegerem os animais das intempéries e alimentarem-nos com a frequência devida, a distinção real estava presente nos carregadores. Ao passo que as tropas portuguesas apenas utilizavam os carregadores para transportar o material, os alemães também lhes davam instrução⁴⁵ para ficarem aptos a combater, empregando-os na maioria das vezes como reserva. Os alemães, nos momentos em que se encontravam em Moçambique, aplicavam uma máxima napoleónica “dividir para sobreviver e concentrar para combater”, atacando sempre que possível, alvos prometedores em relação ao material que pudessem encontrar para se reabastecerem. Esta última poderá

⁴⁵ Cerca de 10% a 30% tinha instrução conforme as fontes.

considerar-se uma Boa Prática. Com todas estas Observações, as Ações Corretivas a adotar seriam utilizar as mesmas táticas dos alemães com eficiência.

No que toca à QD3 – “Quais as diferenças entre o material utilizado por ambas as partes?” refere-se ao material se adequa ao Teatro em que está a ser empregue e se o armamento está uniformizado. A hipótese considerada foi a seguinte para esta QD: “O material/equipamento utilizado pelas forças aliadas naquele teatro de guerra, mais propriamente pelas forças portuguesas, não se adequava àquele Teatro de Operações”. Esta hipótese confirma-se nalguns autores, encontra-se que o material/equipamento até é de boa qualidade mas não existe em número suficiente para todos os militares, enquanto que outros referem que o material era bastante deficitário, que as espingardas não eram atuais e não funcionavam corretamente, que as munições falhavam bastante e que a pólvora negra expunha toda a linha de fogo.

No que concerne à QD3, pode então ser respondida. O material utilizado pelas tropas lusas é superior na maioria das vezes em termos de qualidade, mas não no que toca à quantidade. No início da guerra o armamento alemão é claramente pior. O que aconteceu em 1918 com von Lettow Worbeck quando estava em Moçambique, aproveitou e substituiu o armamento alemão pelo português e inglês que capturou, conseguindo obter alguma superioridade local. Na Artilharia portuguesa, as peças apresentavam alguma deterioração. Para as tropas portuguesas a existência de mais do que um tipo de arma principal, dificultava o apoio logístico em termos de abastecimento de munições, o que por vezes resultou num esgotamento desse recurso, levando as tropas portuguesas a não serem capazes de fazer frente à oposição inimiga.

Nestas Observações, uma das Ações Corretivas aplicar-se-ia antes do início da beligerância, em que se devia ter adquirido as armas e peças necessárias, ou pelo menos cumprir até ao fim os planos da aquisição de equipamento, onde deveriam ter existido cláusulas que obrigassem ao seu cumprimento, mesmo com a mudança constante de governos. Não sendo possível, comprou-se material aos ingleses, que comprado em maior quantidade, equiparia todos os militares uniformemente. A decisão dos alemães de substituir material é considerada uma Boa Prática, caso se perca as linhas de apoio e reabastecimento.

Por último a QD4 – “Que tipo de cooperação tinham as tropas britânicas com as tropas portuguesas?”, que alude às coordenações que existiam entre os aliados e de que forma era a sua relação. Quanto à hipótese formulada para esta pergunta temos: “A cooperação com os aliados britânicos foi pobre e mal efetuada”. A hipótese apresentada

é praticamente o que acabou por acontecer. De facto chegara a haver coordenações com os aliados britânicos, contudo não eram todas cumpridas, acabando por causar alguma discórdia entre ambas as partes.

Para responder à QD4 consideramos o desejo dos britânicos quererem aumentar o seu território colonial, incluindo, se pudessem, ficar com as colónias portuguesas. Assim que os alemães entraram em Moçambique, os britânicos retiraram a maioria do seu apoio e efetivo e começaram a ocupar a África Oriental Alemã. A ideia britânica de deixar os militares portugueses lutarem nas regiões mais inóspitas de Moçambique, permitia não desperdiçarem mais tropas. A relação entre portugueses e britânicos não era saudável, devido à desorganização e insubordinação que dominava o Exército Português.

A nível dos combates e da sua coordenação, podemos observar que as tropas inglesas não contribuíam para um comboio logístico que poderia ser único, guardado por ambas as partes aliadas e que traria certamente mais vantagens. Conforme referido anteriormente, apesar das falhas portuguesas, os britânicos por vezes não corriam em seu auxílio, acabando a força por perder a coesão em algumas situações. Neste ponto não se encontram Boa Prática, apenas Observações que poderiam ser colmatadas com reuniões de comando entre portugueses e britânicos. Caso existisse comunicação direta e concreta ou, até consenso de como atuar muito provavelmente as perdas não seriam tão grandes.

6.2. Questão Central

Para a Questão Central: “Como é que o método de lições identificadas/lições aprendidas influenciou os Combates em Nhamacurra e o seu desfecho?” obteve-se resposta. Ambos os pressupostos confirmam-se e nem um método mais rudimentar de erros identificados e medidas corretivas a adotar foi empregue.

Para Portugal, os Combates de Nhamacurra foi a última ação importante de toda a campanha. Para além de ter enfrentado um Exército claramente superior, bem instruído, bem comandado, bastante móvel e apto a viver nas colónias, enfrentou também a *Mãe Natureza*, que provocou tantas baixas como na França, por falta de condições criadas, má organização e preparação das expedições.

Com cada mudança de regime e governo, havia uma nova mudança relativamente ao modo de se fazer a guerra. A inexistente passagem de informação entre governos devido aos choques políticos, não beneficiaram em nada o desfecho da guerra em África,

muito pelo contrário até o piorou. Bastaria ter havido uma ação e reação a nível político como aconteceu com os ingleses, britânicos e belgas, para a situação se ter alterado nos baixos escalões de decisão. Claro que ao nível dos baixos escalões, seria mais fácil aplicar essas mudanças, se para isso os soldados e graduados a isso estivessem dispostos, como por vezes não era o caso. A constante insubordinação por parte dos soldados, devido à instigação dos sargentos das choças nas unidades, criando pequenos núcleos políticos e tirando a autoridade aos oficiais, em nada contribuíram, a não ser talvez para a ruína das expedições. É realçado porém, por vários oficiais durante a pesquisa realizada, o valor dos soldados indígenas caso fossem bem treinados e em número suficiente e que conseguiriam atingir bons resultados como os askaris alemães.

É certo que o objetivo colonial foi cumprido, Moçambique ficou intacto e ainda se recuperou Quionga, contudo foi a custo elevadíssimos e nada se corrigiu ao longo das expedições que os pudesse baixar e o soldado português na frente de combate que tentou fazer o seu melhor é que acabou por sofrer as consequências.

6.3. Dificuldades e limitações

Ao nível das dificuldades e limitações apenas se tem a apontar o pouco tempo que o Arquivo Histórico Militar disponibiliza para a consulta dos seus documentos e menos tempo ainda para a sua reprodução. Se fosse possível tirar fotografias aos documentos, claramente seria uma mais-valia na rapidez em que se faz a consulta de dados.

6.4. Recomendações e Propostas

Para futuras investigações, a temática da 1ª GM será sempre uma fonte de aprendizagem, sobretudo às correções que podemos retirar no que toca a participação portuguesa. Não só um estudo aprofundado sobre o material/equipamento que está a ser utilizado recentemente, mas também é necessário conhecer as características do Teatro de Operações, de modo a que a adaptação do combatente seja mais facilitada, dando assim primazia ao aumento e manutenção do potencial de combate da força. Como proposta, sugere-se o estudo sobre a relação entre a África do Sul e Moçambique, que beneficiaria da metade Sul de Moçambique, caso se pudesse apoderar dela.

Bibliografia

Fontes

- Matheus, A. L. (1918). *Relatório do Combate de dia 1 de Julho em Nhamacurra*. Quelimane. Consultado em Arquivo Histórico Ultramarino – Cota: 02.02.44.679/3
- Menezes, J. F. de. (1918). *Relatório dos Combates de Nhamacurra*. Quelimane. Consultado em Arquivo Histórico Ultramarino – Cota: 02.02.44.679/3
- Morais, A. P. de. (1918). *Relatório do Comando Militar do Ile e Alto Molocué*. Quelimane. Consultado em Arquivo Histórico Ultramarino – Cota: 02.02.44.679/3
- Van Deventer. (1918). *Relatório a 6 de Julho de 1918*. Quelimane. War Office 158 474

Livros

- Abbot, P. (2002). *Armies in East Africa 1914-18*. Oxford (Reino Unido): Osprey.
- Abranches, G. P. (1944). *Alimentação e Higiene dos Militares em Moçambique*. Vila Nova de Famalicão: Minerva.
- Afonso, A. (2006). *Grande Guerra, Angola, Moçambique e Flandres*. Matosinhos: QuidNovi.
- Afonso, A. (2008). *Grande Guerra, Angola, Moçambique e Flandres*. Matosinhos: QuidNovi.
- Afonso, A., & Gomes, C. de M. (2010). *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918*. Lisboa: QuidNovi.
- Almeida, A. A. de. (1968). *A Artilharia Portuguesa na Grande Guerra (1914-1918)*. Lisboa: Tipografia Duarte.
- Arrifes, M. F. (2004). *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa, Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Comissão Técnica da Arma de Infantaria (relatos diversos). (1922). *Livro de Ouro de Infantaria*. Lisboa: Tipografia Fernandes & C.^a L.da.

- Costa, M. (1928). *Como Fizeram os Portugueses em Moçambique*. Lisboa: J. Rodrigues & C.^a.
- Costa, M. (1932). *É o inimigo que fala: Subsídios inéditos para o estudo da Campanha da África Oriental*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- Herdade, N. (2001). *Armamento do Exército Português: Primeira metade do século XX, Breve Síntese Ilustrada*. Lisboa: Estado Maior do Exército (Direcção de Documentação e História Militar).
- Lima, A. P. de. (1933). *Na Costa de África (memórias de um médico expedicionário a Moçambique)*. Gaia: Editora Pátria.
- Marques, R. (2012). *Os fantasmas do Rovuma*. Lisboa: Oficina Livro.
- Martins, F. (1938). *Portugal na Grande Guerra*. I volume. Lisboa: Editora Ática. Lisboa.
- Ministério da Defesa Nacional. (2012). *PDE-0-32-00-Lições-Aprendidas*. (Ministério da Defesa Nacional, Ed.). Lisboa.
- Moraes Sarmiento, J. E. de. (1919). *A Expansão Alemã, Causa Determinante da Guerra de 1914-1918. Suas Tentativas e Perigos na África Portuguesa*. Lisboa: Guimarães & C.^a, Ed.
- Oliveira, A. (1993). *História do Exército Português (1910-1945)*. Volume I. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Oliveira, A. (1994). *História do Exército Português (1910-1945)*. Volume III. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Pires, A. J. (1924). *A Grande Guerra em Moçambique*. Porto: Companhia Portuguesa Editora L.da.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2^a Edição. Lisboa: Gradiva.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Silva, J. R. da. [(1921)]. *Monografia do 3º Batalhão Expedicionário do R.I. n.º 21 À Província de Moçambique em 1915*. Lisboa: Imprensa Beleza.
- Telo, A. J., & Álvares, M. (2004). *Armamento do exército português*. Lisboa: Prefácio.
- Von Lettow Worbeck, P. E. (1923). *As Minhas Memórias da África Oriental*. Lisboa: Revista Militar.
- Westwell, I. (2010). *World War One, An Illustrated History*. Londres: Anness Publishing Ltd.

Artigos da Revista Militar

Barbosa, E. A. A. (1917). O nosso esforço militar em África. *Revista Militar* 69^a, 836–843.

Gil, J. C. F. (1919). A invasão da África Oriental Alemã pelos portugueses: o esforço da expedição de 1916. *Revista Militar* 71 de julho/junho.

Martins, E. A. de A. (1920). Estudo de um regulamento de expedições coloniais. *Revista Militar*, N^o 72 de maio, pp. 299–304.

Pires, N. L. (2014b). Recordar o esforço Português em Moçambique durante a Grande Guerra (1914-1918) através da Revista Militar. *Revista Militar*, 66.^o, N.^o 5 (Número Temático Extraordinário Sobre: Portugal Na I Guerra Mundial – Operações Em África (1914-1918), 1–29. Retirado de http://www.revistamilitar.pt/art_texto_pdf.php?art_id=924

Webpages

Garcia, F. P. (2004). Moçambique na 1^a Guerra Mundial - do Rovuma ao Nhamacurra. Consultado em 14 de fevereiro de 2015, de http://triplov.com/miguel_garcia/mozamb/mozamb_03.htm

Machado, M. (2011). Grande Guerra – 1914 a 1918 (III) Uniformes. Consultado em 20 de Junho de 2015, de <http://www.operacional.pt/grande-guerra-1914-a-1918-iii-uniformes/>

Artigos de Colóquios

Pires, N. L. (2014a). O Exército de Portugal no Início da Guerra: Ação, Reação e Omissão. In Assembleia da República (Ed.), *Colóquio: Portugal e a I Guerra Mundial (1914-1918)* (pp. 25–36). Lisboa. Retirado de <http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/ColoquioPortIGM.pdf>

Pires, N. L. (2015). Moçambique e as opções de Heinrich Schnee e Von Lettow-Vorbeck durante a Grande Guerra. In Instituto de Estudos Superiores Militares (Ed.), *Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra*. Lisboa.

Teixeira, N. S. (2014). Portugal e a Grande Guerra : entre a memória do passado e os desafios do futuro. In Assembleia da República (Ed.), *Colóquio: Portugal e a I Guerra Mundial (1914-1918)* (pp. 25–36). Lisboa. Retirado de

<http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/ColoquioPortIGM.pdf>

Artigos

Telo, A. J. (2014a). Cronologia - 1914, Portugal e a Grande Guerra, 1–40. Disponível em:
<http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/CRONOLOGIA%201914.pdf>

Telo, A. J. (2014b). Portugal e a Grande Guerra, I - Os Condicionamentos Gerais. Disponível em:
<http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/A%20BELIGER%C3%82NCIA%20PORTUGUESA%20NA%20GRANDE%20GUERRA%201.pdf>

Apêndices

Apêndice A – Precipitação em Moçambique e Temperatura média

Quadro n°1 – Precipitação em Moçambique e Temperatura Média

Localidade	Chuva em milímetros	Temperatura média em graus
Lourenço Marques	776	22.3
Beira	1534	24.21
Quelimane	1433	24.86
Moçambique	797	25.9
Tete	538	26.55
Chire	1885	22.90

Fonte: Adaptado de (Costa, 1928)

Apêndice B – Militares Mortos em Moçambique durante a Grande Guerra por Regimento

Quadro nº2 – Militares Mortos em Moçambique durante a Grande Guerra por Regimento

Regimento	Nº de Mortos
1º Grupo de Metralhadoras	15
3º Grupo de Metralhadoras	14
4º Grupo de Metralhadoras	1433
5º Grupo de Metralhadoras	797
6º Grupo de Metralhadoras	538
7º Grupo de Metralhadoras	1885
Infantaria 1	3
Infantaria 2	4
Infantaria 3	5
Infantaria 4	9
Infantaria 5	3
Infantaria 6	8
Infantaria 7	3
Infantaria 8	3
Infantaria 10	1
Infantaria 11	4
Infantaria 15	12
Infantaria 16	2
Infantaria 17	4
Infantaria 18	4
Infantaria 19	7
Infantaria 21	86
Infantaria 22	11
Infantaria 23	222
Infantaria 24	10
Infantaria 25	14
Infantaria 27	3
Infantaria 28	154
Infantaria 29	191
Infantaria 30	152
Infantaria 31	445
Infantaria 32	4
Infantaria 33	8
Infantaria 35	6
Artilharia 1	2
Artilharia 6	16
Artilharia de Montanha	187 incluindo 8 oficiais
Batalhão de Pontoneiros	2

Companhias de Subsistência	1
Militares do Hospital M. Veterinário	6
Sapadores e Mineiros	26
Oficiais do Estado Maior	6
Telegrafistas da Praça	19
2º Grupo de Com. De Adm. Militar	1
3º Grupo de Companhias de Saúde	26
Militares Europeus das Companhias Indígenas	9
Companhias do Depósito de Moçambique	17
Cavalaria 3	15
Cavalaria 4	4
Cavalaria 5	27
Cavalaria 7	1
Cavalaria 9	3
Total	1898

Fonte: Adaptado de (Arrifes, 2004)

Apêndice C – Prisioneiros, Desaparecidos, Mortos, Feridos e Incapazes em Moçambique

Quadro nº3 – Prisioneiros, Desaparecidos, Feridos e Incapazes

Condição	Oficiais	Praças Europeias	Praças Indígenas
Prisioneiros	35	13	-
Desaparecidos	2	7	5467 ⁴⁶
Feridos	11	49	241
Incapazes	-	35	1248

Fonte: (Arrifes, 2004), considerou-se os dados da Secretaria de estado das Colónias de 6 de Abril de 1920

Quadro nº4 – Mortos

	Feridos em combate	Doença em Campanha	Desastre	Totais
Oficiais	16	7	2	25
Praças Europeias	38	1938	6	1982
Praças Indígenas	88	19	-	107
Auxiliares	-	-	-	

Fonte: (Arrifes, 2004), considerou-se os dados da Secretaria de estado das Colónias de 6 de Abril de 1920

⁴⁶ Carregadores

Anexos

Anexo A – Presidentes da República, Chefes de Governo e Ministro da Guerra

Quadro nº5 – Início e Fim de mandato dos Presidentes da República

Presidente da República	Ano de início de mandato	Ano de fim de mandato
Manuel de Arriaga	1911	1914
Teófilo Braga	1914	1915
Bernardino Machado	1915	1917
Sidónio Pais	1917	1918
Canto e Castro	1918	1923

Fonte: (Afonso & Gomes, 2010)

Tabela nº1 – Início e Fim de mandato dos Chefes do Governo e respetivos Ministros da Guerra

Chefe do Governo	Período de Governo	Ministro da Guerra
Bernardino Machado	De Junho a Dezembro de 1914	Pereira de Eça
Azevedo Coutinho	De Dezembro de 1914 a Janeiro de 1915	Cerveira de Albuquerque
Pimenta de Castro	De Janeiro a Maio de 1915	Pimenta de Castro
João Chagas	Maio de 1915	Basílio Teles
José de Castro	De Maio a Novembro de 1915	José de Castro
Afonso Costa	De Novembro de 1915 a Março de 1916	Norton de Matos
António José de Almeida	De Março de 1916 a Abril de 1917	Norton de Matos
Afonso Costa	De Abril a Dezembro de 1917	Norton de Matos
Sidónio Pais	De Dezembro de 1917 a Dezembro de 1918	Sidónio Pais, Amílcar Mota e Álvaro César de Mendonça
Tamagnini Barbosa	De Dezembro de 1918 a Janeiro de 1919	Luís Corte Real e José Basto

Fonte: (Afonso & Gomes, 2010)

Anexo B – Mapa das colónias dos Países Europeus

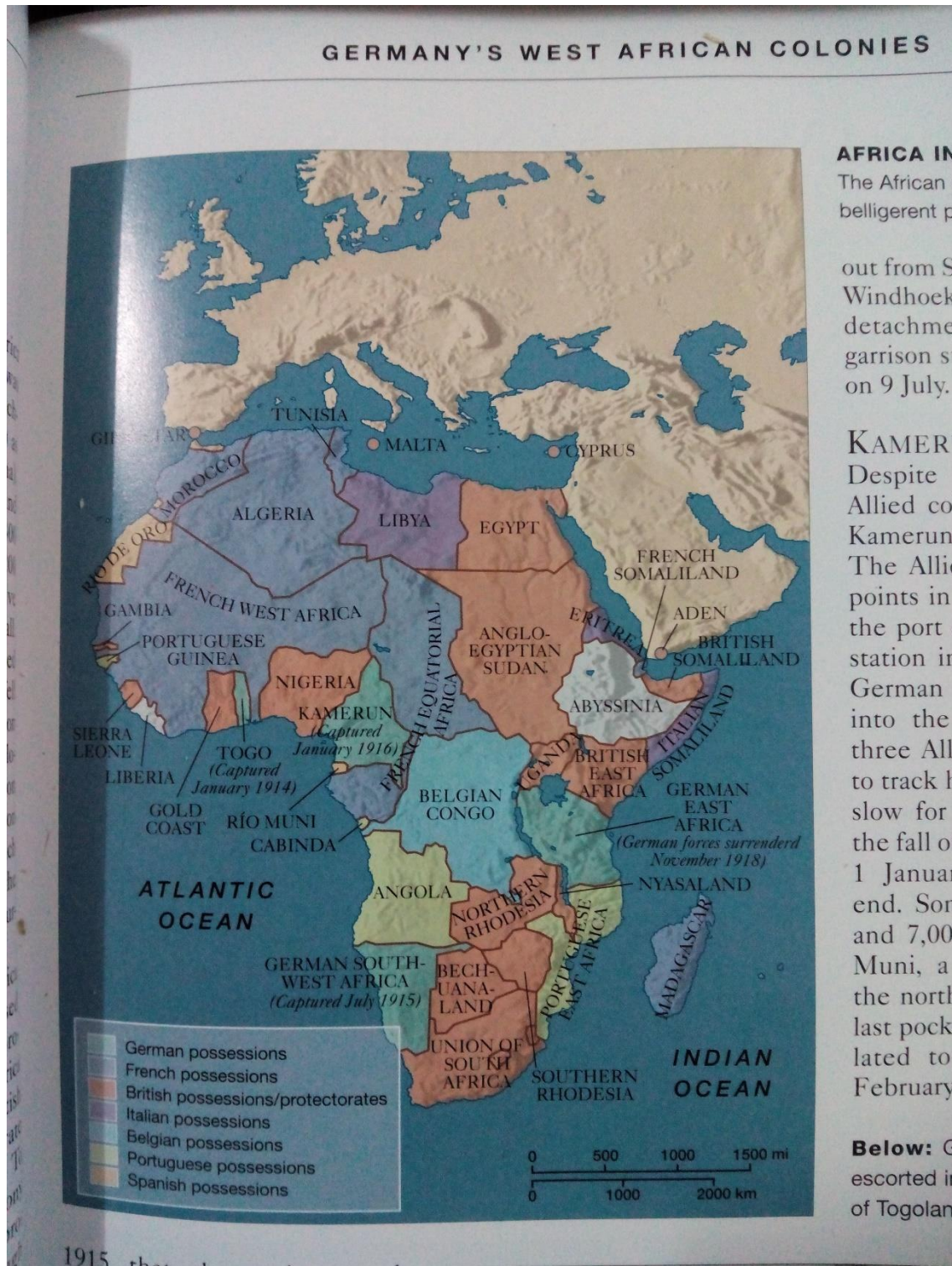


Figura 1: Mapa das colónias dos Países Europeus

Fonte: (Westwell, 2010)

Anexo C – Declaração de Guerra

Declaração de Guerra

De Von Rosem ao Ministro dos Negócios estrangeiros de Portugal

09 Março 1916

Senhor Ministro, - Estou encarregado pelo meu alto Governo de fazer a V.Ex.^a a declaração seguinte:

O Governo Português, apoiou desde o comêço da guerra, os inimigos do Império Alemão por actos contrários à neutralidade. Em quatro casos foi permitida a passagem de tropas inglesas por Moçambique. Foi proibido abastecer de carvão os navios alemães. Aos navios de guerra ingleses foi permitida uma larga permanência em portos portugueses, contrária à neutralidade, bem como ainda foi consentido que a Inglaterra utilizasse a Madeira como base naval. Canhões e material de guerra de diferentes espécies foram vendidos às Potências da “Entente”, e, além disso, à Inglaterra um destruidor de torpedeiros. O arquivo do vice-consulado imperial em Mossâmedes foi apreendido. Além disso, foram enviadas expedições para África, e foi dito então abertamente que estas eram dirigidas contra a Alemanha. O Governador alemão do distrito, Dr. Schultze-Jena, bem como dois oficiais e algumas praças, em 19 de Outubro de 1914, na fronteira do Sudoeste Africano Alemão e Angola, foram atraídos, por meio de convite, a Naulila, e ali declarados presos sem motivo justificado, e, como procurassem subtrair-se à prisão, foram em parte, mortos a tiro enquanto os sobreviventes foram à força feitos prisioneiros. Seguiram-se medidas de retorção da tropa colonial. A tropa colonial, isolada da Alemanha, procedeu na suposição, originada pelo acto português, de que Portugal se achava em estado de guerra com o Império Alemão. O Governo Português fez representações por motivo das últimas ocorrências, sem todavia, se referir às primeiras. Nem sequer respondeu ao pedido que apresentamos de ser intermediário num livre troca de telegramas em cifra com os nossos funcionários coloniais, para esclarecimento do estado da questão. A imprensa e o Parlamento, durante o decurso da guerra, entregaram-nos grosseiras ofensas ao povo alemão, com a complacência, mais ou menos notória, do Governo Português. O chefe do Partido dos Evolucionistas pronunciou na sessão do Congresso, de 23 de Novembro de 1914, na presença dos Ministros portugueses, assim como na de diplomatas estrangeiros, graves insultos contra o Imperador da Alemanha, sem que por parte do Presidente da Câmara, ou dalgum dos Ministros presentes, se

seguisse um protesto. Às suas representações, o Enviado Imperial recebeu apenas a resposta que no boletim oficial das sessões não se encontrava a passagem em questão. Contra estas ocorrências protestámos em cada um os casos em especial, assim como por várias vezes apresentámos as mais sérias representações e tornamos o Governo Português responsável por todas as consequências. Não se deu, porém, nenhum remédio. Contudo, o Governo Imperial, considerando com longanimidade a difícil situação de Portugal, evitou tirar mais sérias consequências da atitude do Governo Português. Por último, a 23 de Fevereiro de 1916, fundada num decreto do mesmo dia, sem que antes tivesse havido negociações, seguiu-se a apreensão dos navios alemães, sendo estes ocupados militarmente e as tripulações mandadas sair de bordo. Contra esta flagrante violação de direito protestou o Governo Imperial e pediu que fosse levantada a apreensão dos navios. O Governo português atendeu a este pedido e procurou fundamentar o seu acto violento em considerações jurídicas. Delas tira a conclusão que os nossos navios imobilizados por motivo da guerra nos portos portuenses, em consequência desta imobilização, não estão sujeitos ao artigo 2.º do Tratado do Comércio e Navegação lusoalemão, mas sim à ilimitada soberania de Portugal e, portanto, ao ilimitado direito da apropriação do Governo português, da mesma forma que qualquer outra propriedade existente no país. Além disso, opina o Governo português ter precedido a dentro dos limites desse artigo, visto a requisição dos navios corresponder a uma urgente necessidade económica, e também no decreto de apropriação estar prevista uma indemnização cujo total deveria mais tarde ser fixado. Estas considerações aparecem como vazios subterfúgios. O artigo 2.º do Tratado do Comércio e Navegação refere-se a qualquer requisição de propriedade alemã em território português. Pode ainda assim haver dúvidas sobre se a circunstância dos navios alemães se encontrarem pretendidamente imobilizados em portos portugueses modificou a sua situação de direito. O Governo Português violou, porém, o citado artigo em dois sentidos, primeiramente não se mantém a requisição dentro dos limites traçados no tratado, pois que o artigo 2.º pressupõe a satisfação duma necessidade do Estado, enquanto que a apreensão, como é notório, estendeu-se a um número de navios alemães em desproporção com o que era necessário a Portugal para suprir a falta de tonelagem. Mas, além disso, o mencionado artigo torna a apreensão dos navios dependente dum prévio acordo com os interessados sobre a indemnização a conceder-lhes, enquanto que o Governo Português bem sequer fez a tentativa de se entender, quer directamente, quer por intermédio do Governo Alemão, com as companhias de navegação. Desta forma presenta-se todo o procedimento do Governo Português como uma grave violação do

Direito do Tratado. Por este procedimento o Governo Português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, que subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses. Finalmente a apreensão dos navios realizou-se sob formas e, que deve ver-se uma intencional provocação à Alemanha. A bandeira alemã foi arriada dos navios alemães e em seu lugar foi posta a bandeira portuguesa com flâmula de guerra. O navio almirante salvou por esta ocasião. O Governo Imperial vê-se forçado a tirar as necessárias consequências do procedimento do Governo Português. Considera-se de agora em diante como achando-se em estado de guerra com o Governo Português. Ao levar o que precede, segundo me foi determinado, ao conhecimento de V.Ex.^a, tenho de exprimir a V.Ex.^a, a minha distinta consideração.

F.ROSEN

Fonte: História do Exército Português (1994).

Anexo D – 1º, 2º e 3º Destacamento Expedicionário para Moçambique

Quadro nº6 – 1º Destacamento Expedicionário para Moçambique

Posto	Nº de Homens
Tenente-Coronel	1
Major	1
Capitães	7
Subalternos	25
Serviço de Saúde	6
Serviço Veterinário	2
Administração Militar	5
Sargentos	61
Primeiros cabos	94
Corneteiros	25
Artífices	6
Ferradores	6
Segundos Cabos e soldados	1238
Total de Homens	1477 + 50 ⁴⁷
Cavalos	225
Muare	82

Fonte: (Antonio José Telo, 2014a)

Comandante: Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Massano de Amorim
Chefe Estado Maior (CEM): Capitão do RA1, António Cabrita Júnior
4ª Bateria do Regimento de Artilharia de Montanha de Évora – Capitão Guimarães
4º Esquadrão do RC 10 (Vila Viçosa) – Capitão Luís Pinto Tavares
3º Batalhão do RI 15 (Tomar) – Major António Santa Clara Júnior
Serviços de Saúde do 2º Grupo de Companhias de Saúde (Coimbra)
Serviços Administrativos do 2º Grupo de Companhias de Administração Militar
Regimento de Sapadores Mineiros e do Batalhão de Telegrafistas de Campanha

Fonte: (Antonio José Telo, 2014a), (Afonso & Gomes, 2010, p. 141) e (Oliveira, 1994)

⁴⁷ A 22 de Agosto de 1914 recebe um reforço de 50 militares, do Regimento de Sapadores Mineiros e do Batalhão de Telegrafistas de Campanha

2ª Expedição

Constituição da Expedição:

- Comandante – Major de Artilharia José Luís Moura Mendes;
- Chefe do Estado-Maior – Capitão de Infantaria Liberato Damião Ribeiro Pinto;
- 3º Batalhão do Regimento 21 (Penamacor);
- 2ª Bateria de Metralhadoras do 7º Grupo de Metralhadoras (Castelo Branco);
- 5ª Bateria do Regimento de Artilharia de campanha (Évora);
- 4ª Esquadrão do Regimento de Cavalaria 3 (Estremoz).

Fonte: (Oliveira, 1994)

3ª Expedição

Constituição da Expedição:

- Comandante – General Ferreira Gil;
- Chefe do Estado-Maior – Major Sem Eduardo Augusto de Azambuja Martins;
- Chefe do Serviço de Saúde – Major médico Fernando Godinho de Figueiredo E Melo;
- 3º Batalhão do Regimento de Infantaria 23 (Coimbra);
- 3º Batalhão do Regimento de Infantaria 24 (Aveiro);
- 3º Batalhão do Regimento de Infantaria 28 (Figueira da Foz);
- Duas Companhias do Regimento 21 (Castelo Branco);
- 1ª Bateria do 4º Grupo de Metralhadoras (Estremoz);
- 1ª Bateria do 5º Grupo de Metralhadoras (Coimbra);
- 2ª Bateria do 8º Grupo de Metralhadoras (Valença);
- 1º Grupo do Regimento de Artilharia de Campanha (Évora);
- Companhia mista de Engenharia (Lisboa);
- Serviços de Engenharia;

- Secção de Telegrafia sem fios;
- Companhia de Automóveis;
- Hospital provisório;
- Serviço de Veterinária;
- Serviços Administrativos.

Fonte: (Oliveira, 1994)

4ª Expedição

Constituição da Expedição:

- Comandante – Coronel de Cavalaria Tomaz De Sousa Rosa;
- Chefe do Estado-Maior – Capitão Eduardo Ferreira Viana;
- 3º Batalhão do Regimento de Infantaria 29 (Braga), Major Fernando Da Cunha Macedo e Alberto Salgado;
- 3º Batalhão do Regimento de Infantaria 30 (Bragança), Major Francisco António Carneiro;
- 3º Batalhão do Regimento de Infantaria 31 (Porto), Major Carlos Fernando Bron;
- 2 Baterias de Metralhadoras;
- 1 Companhia mista de Engenharia (Lisboa);
- Serviços de Saúde;
- Serviços de Administração Militar;
- 5ª Bateria de Montanha – Capitão Luís Ponte, embarca a 2 de Julho de 1917;
- 6ª Bateria de Montanha – Capitão Abel Vasconcelos, embarca a 15 de Fevereiro de 1917;
- 7ª Bateria de Montanha – Capitão Fernão Tomaz, embarca a 2 de Julho de 1917;

Fonte: (Almeida, 1968) e (Oliveira, 1994)

Anexo E – Nº de Militares de Cada Expedição

Quadro nº7 – Nº de Militares de Cada Expedição

	1 ^a Expedição (18-08- 1914) (a)	2 ^a Expedição (11-09- 1915) (b)	3 ^a Expedição (25-05- 1916) (c)	4 ^a Expedição (1917)	Reforço e outras rendições (1917)	Bata lhão de Marinha (191 8)
Oficiais	48	54	128	209	108	18
Sargentos	68	68	80	352		
Praças	1489	1.424	4356	(d) 5.058	(d) 4.401	746
Reforços	50					
Soma	1.539	1.558	4.386	5.267	4.509	764
	Total Geral				17.259 (e)	

Fonte: (Afonso & Gomes, 2010)

- (a) História do Exército Português (1910-1945). Ferreira Martins refere 50 oficiais e 1.477 praças, num total de 1.527 homens.
- (b) História do Exército Português (1910-1945). Ferreira Martins refere 41 oficiais e 1.502 praças, num total de 1.543 homens.
- (c) História do Exército Português (1910-1945). Ferreira Martins refere 159 oficiais e 4.483 praças, num total de 4.642 homens.
- (d) Inclui sargentos.
- (e) Ferreira Martins refere um total de mobilizados de Portugal para Moçambique de 825 oficiais e 18.613 praças, acrescentando mais 303 oficiais, 682 graduados (todos europeus) e 10.278 soldados indígenas, num total geral de 30.701 homens.

Anexo F – Uniforme das tropas expedicionárias



Figura 2: Chapéu-capacete com cimeira em bico



Figura 3: Militares a usar Chapéu-capacete com cimeira em bico



Figura 4: Chapéu-capacete sem cimeira em bico (a partir de 1917)



Figura 5: Militares a usar chapéu-capacete sem cimeira em bico (a partir de 1917)



Figura 6: Dólmén de Serviço



Figura 7: Calças



Figura 8: Capote para tropas apeadas



Figura 9: Militares a usar Capote para tropas apeadas



Figura 10: Grevas para tropas apeadas



Figura 11: Botas de cabedal para tropas apeadas

Fonte para todas as imagens: (Machado, 2011)

Segundo Arrifes (2004) o fardamento que deveria ser transportado por cada soldado era o seguinte:

Chapéu capacete e grevas ou polainas conforme forem apeados ou montados.

Os oficiais e praças farão uso do uniforme de cotim cinzento.

Cada praça levará além do capacete, um segundo barrete.

Um capote.

Dois dolmens de serviço.

Dois pares de calças de cotim.

Dois pares de botas.

Um par de alpergatas.

Três camisas.

Dois pares de ceroulas.

Duas toalhas três lenços e pequeno equipamento.

Visto que as tropas europeias utilizavam fardamentos kaki, mais apropriados ao clima, a partir de finais do ano 1915, também as tropas portuguesas passam a usar, embora não exista fardamento para todos.

Anexo G – Géneros Fornecidos Diariamente e Semanalmente aos Indígenas

Tabela nº2 – Géneros Fornecidos Diariamente aos Indígenas

Géneros	Soldados Indígenas	Carregadores
Café	15 gramas	
Açúcar	30 gramas	
Vinho	4 decilitros	
Arroz	830 gramas	830 gramas
Feijão	150 gramas	1 decilitro
Peixe seco	200 gramas	50 gramas
Azeite de amendoim	20 gramas	
Sal	20 gramas	20 gramas
Amendoim		60 gramas

Fonte: (Arrifes, 2004)

Tabela nº3 – Géneros Fornecidos Semanalmente aos Indígenas

Tabaco	90 ou 100 gramas
Mortalha	1 livro
Fósforos	1 caixa
Sabão	200 gramas

Fonte: (Arrifes, 2004)

Anexo H – Combate do Rovuma

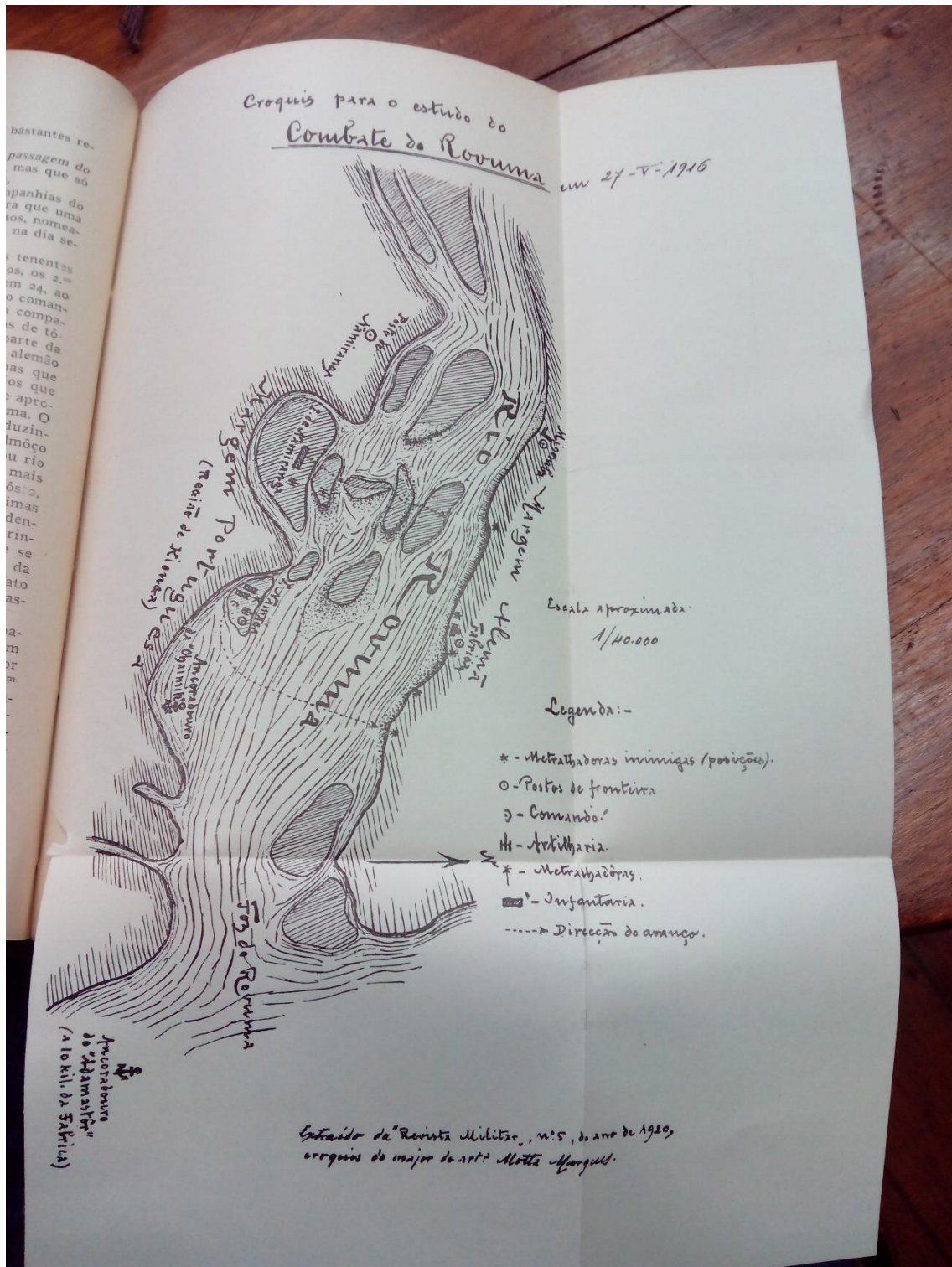


Figura 12: Croqui Combate do Rovuma

Fonte: (Silva, ([1921]))

Anexo J – Defesas Fortificadas de Nevala

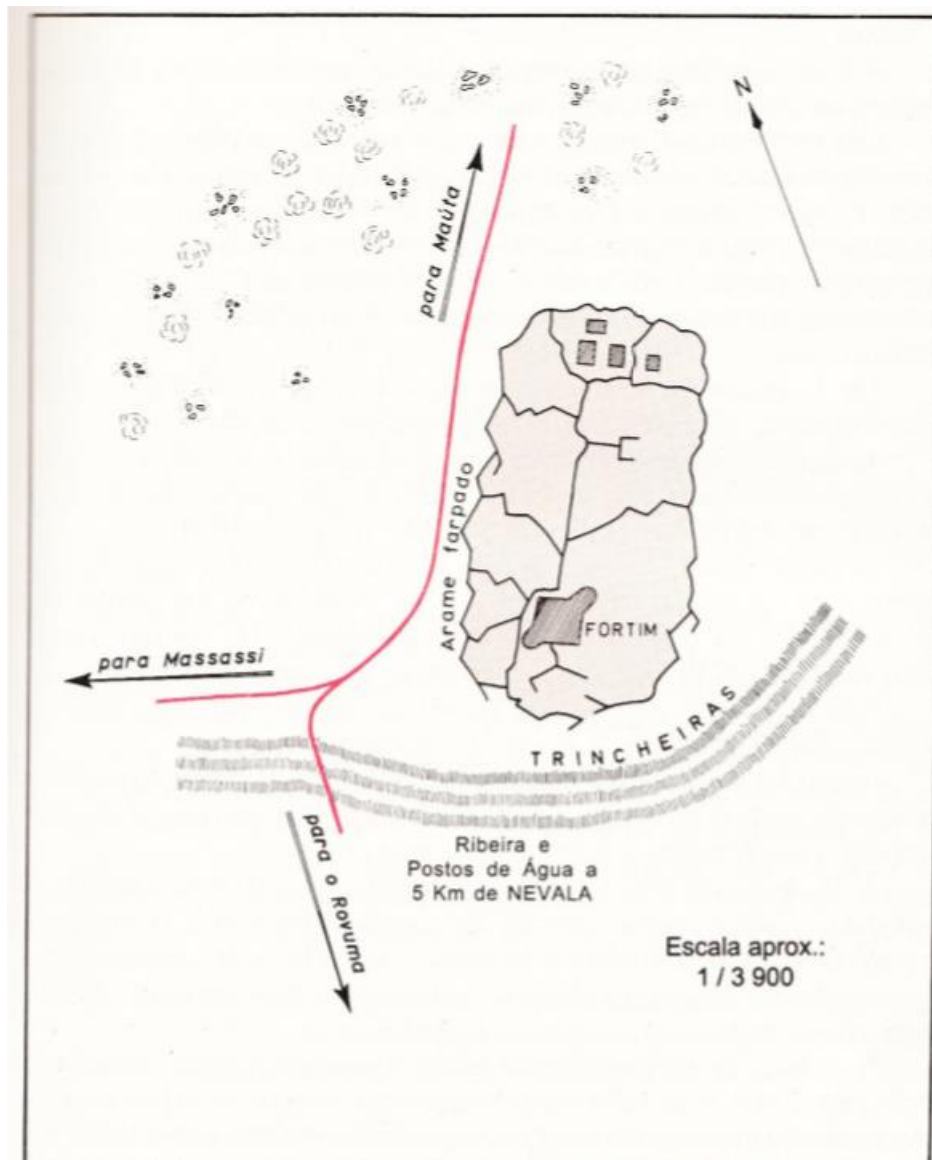


Figura 14: Defesas Fortificadas de Nevala

Fonte: (Oliveira, 1994)

Anexo K – Movimentos de von Lettow Worbeck

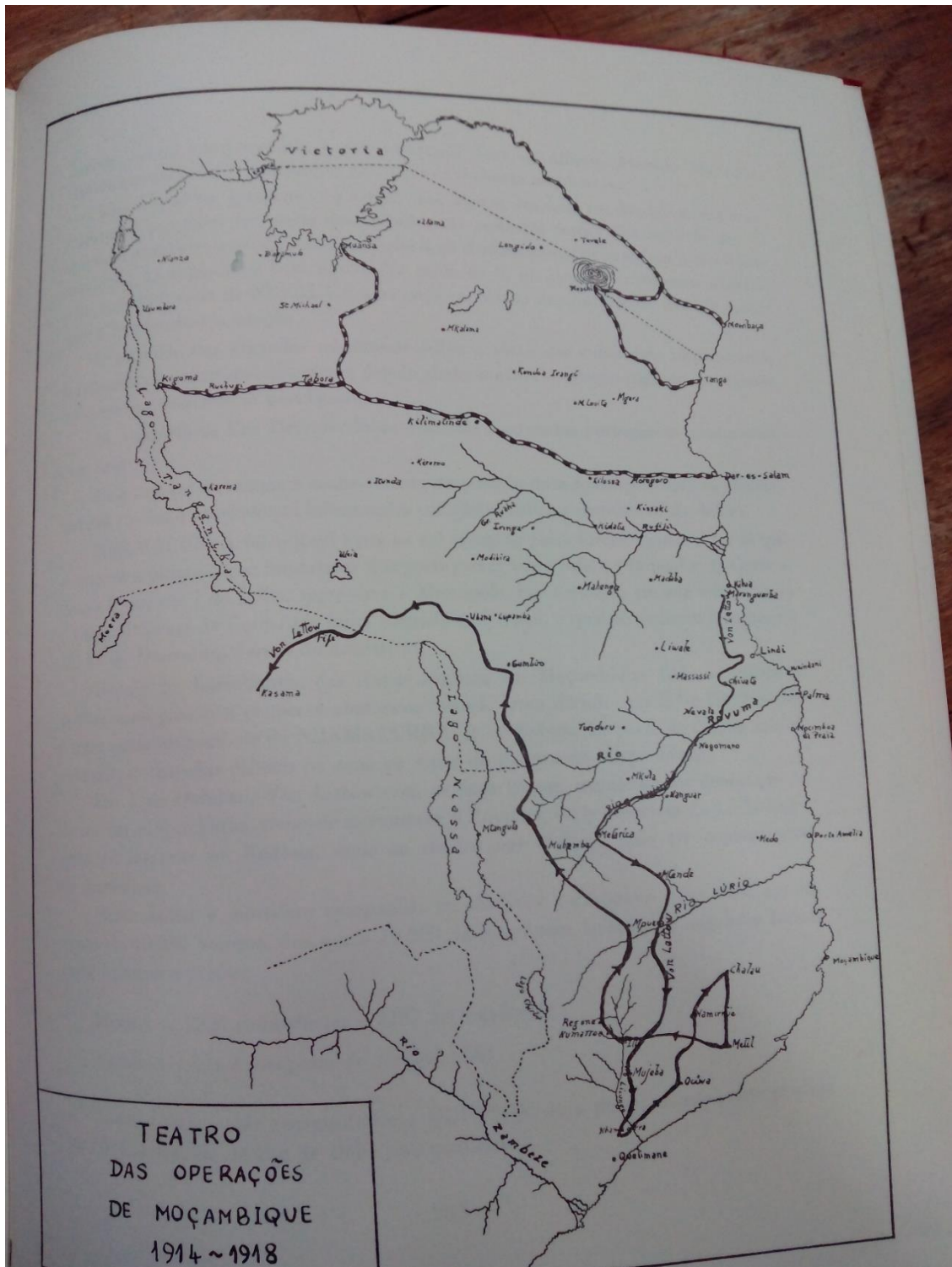


Figura 15: Movimentos de von Lettow Worbeck

Fonte: A Artilharia Portuguesa na Grande Guerra (1914-1918) de Alberto Augusto de Almeida (1968)

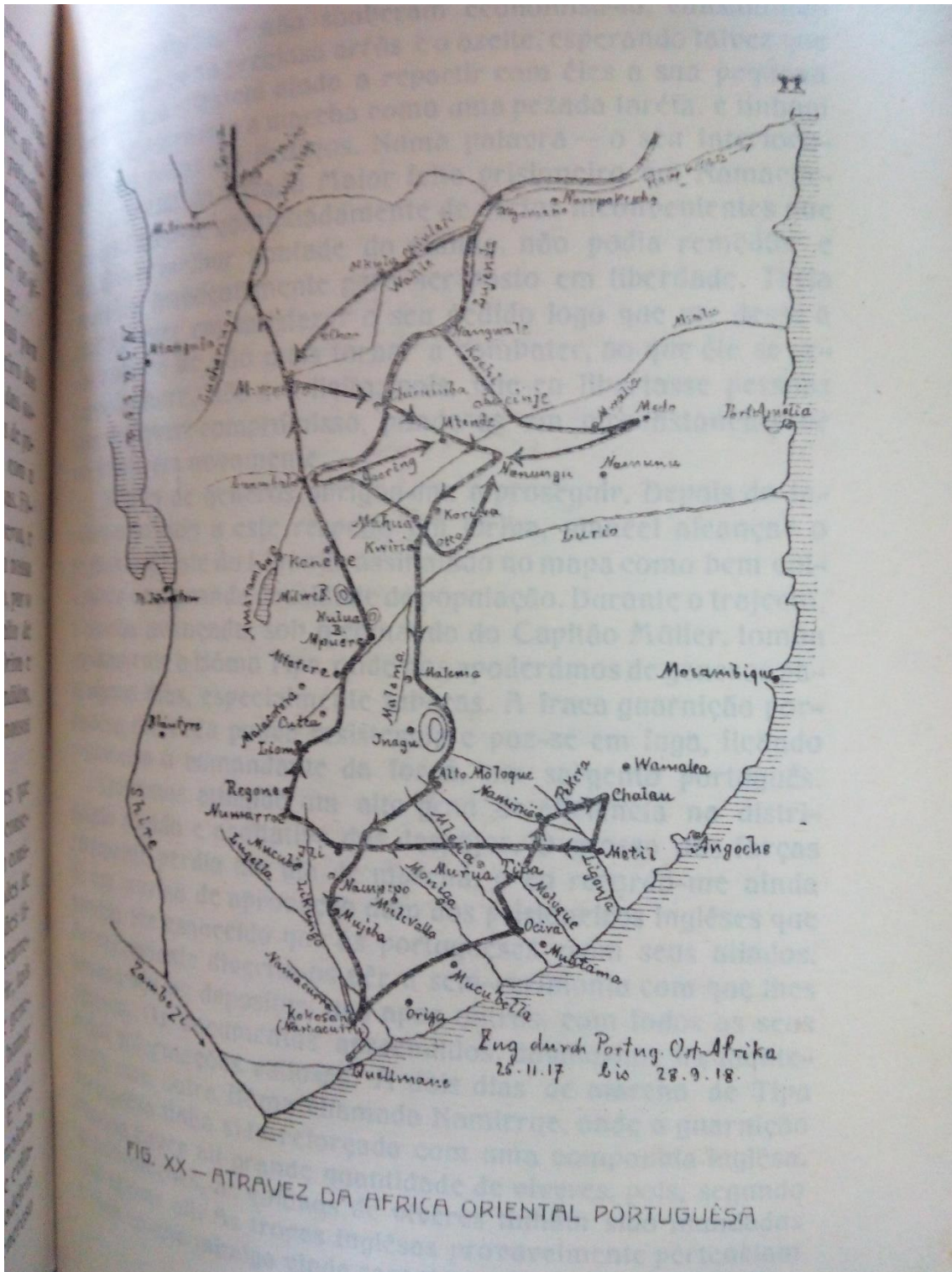


Figura 16: Movimentos de von Lettow Worbeck pelo próprio

Fonte: (von Lettow Worbeck, 1923)

Anexo L – Combate de Negomano

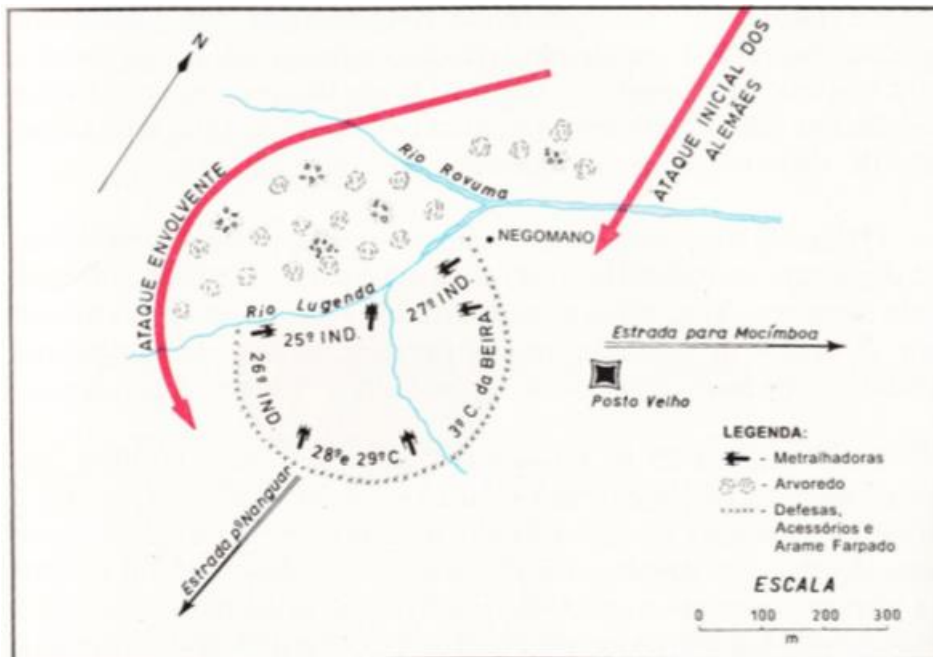


Figura 17: Combates de Negomano

Fonte: (Oliveira, 1994)

Anexo M – Armamento do Exército Português

Metralhadora Maxim m/906



Figura 18: Metralhadora Maxim m/906

País de origem: EUA e Inglaterra;

Calibre: 6,5mm;

Número de estrias: 4;

Sentido: dextrorsum;

Comprimento da arma: 1100 milímetros (mm);

Comprimento do cano: 0,72 m;

Velocidade inicial à boca: 750 a 790 metros por segundo (m/s);

Cadência de tiro: 500 a 600 tiros por minuto (tpm);

Alcance máximo: 2500 m;

Alcance útil: 2000 m;

Peso da arma: 26,75 kg (completa, sem água);

Depósito: É alimentada por uma fita de tecido;

Munição: 6,5 mm portuguesa (invólucro metálico com base em rebordo e percussão central);

Peso do projétil: 10 g;

Peso da munição: aproximadamente 24 g;

Mecanismo de segurança: por imobilização do gatilho;

Funcionamento: arma automática de tiro automático.

Carabina Kropatschek m/886 – m/889



Figura 19: Carabina Kropatschek m/886 – m/889

País de origem: Áustria;

Calibre: 8 mm;

Número de estrias: 4;

Sentido: dextrorsum;

Comprimento da arma: 1,025 m;

Comprimento do cano: 0,520 m;

Velocidade inicial à boca: 630 m/s;

Alcance máximo: 3250 m;

Alcance eficaz: 1500 m;

Peso da arma: 4 kg com o depósito vazio;

Depósito: fixo no fuste com capacidade para 5 munições;

Baioneta: sabre-baioneta com 0,470 m de lâmina e 0,55 kg de peso;

Munição: 8 x 82 mm 50,3 g de peso e invólucro metálico com base em rebordo e percussão central;

Mecanismo de segurança: libertação do cão;

Funcionamento: arma ordinária de recarga de tiro simples ou de repetição.

Carabina Mannlicher m/896 e m/898



Figura 20: Carabina Mannlicher m/896 e m/898

País de origem: Áustria;

Calibre: 6,5 mm;

Número de estrias: 4;

Sentido: dextrorsum;

Comprimento da arma: 0,954 m – 1,109 m (modelo 1896);

Comprimento do cano: 0,450 m – 0,605 m (modelo 1896);

Velocidade inicial à boca: 667 m/s – 703 m/s;

Alcance máximo: 3200 m;

Alcance eficaz: 1700 m;

Peso da arma: 3,27 kg com o depósito vazio;

Depósito: fixo e central capacidade para 5 munições;

Baioneta: punhal-baioneta com 0,248 m de lâmina e 0,360kg de peso;

Munição: 6,5 x 53,5 mm, 24,5 g de peso e invólucro metálico com base em rebordo e percussão central;

Mecanismo de segurança: imobilização do cão;

Funcionamento: arma ordinária de retrocarga de tiro simples ou de repetição.

Pistola Luger Parabellum m/908



Figura 21: Pistola Luger Parabellum m/908

País de origem: Alemanha;

Calibre: 9 mm;

Número de estrias: 4;

Sentido: dextrorsum;

Comprimento da arma: 235 mm;

Comprimento do cano: 120 mm;

Velocidade inicial à boca: 350 m/s;

Alcance máximo: 1800 m;

Alcance útil: 1500 m;

Peso da arma: 0,890 kg com o depósito vazio;

Depósito: carregador independente ao nível do punho com capacidade para 8 munições;

Munição: 7,65 mm. Invólucro metálico com base em garganta de percussão central;

Mecanismo de segurança: imobilização do mecanismo de disparar;

Funcionamento: arma automática de tiro semiautomático e curto recuo do cano.

Fonte de todas as armas: (Telo & Álvares, 2004)

Anexo N – Esboço dos Combates de Nhamacurra

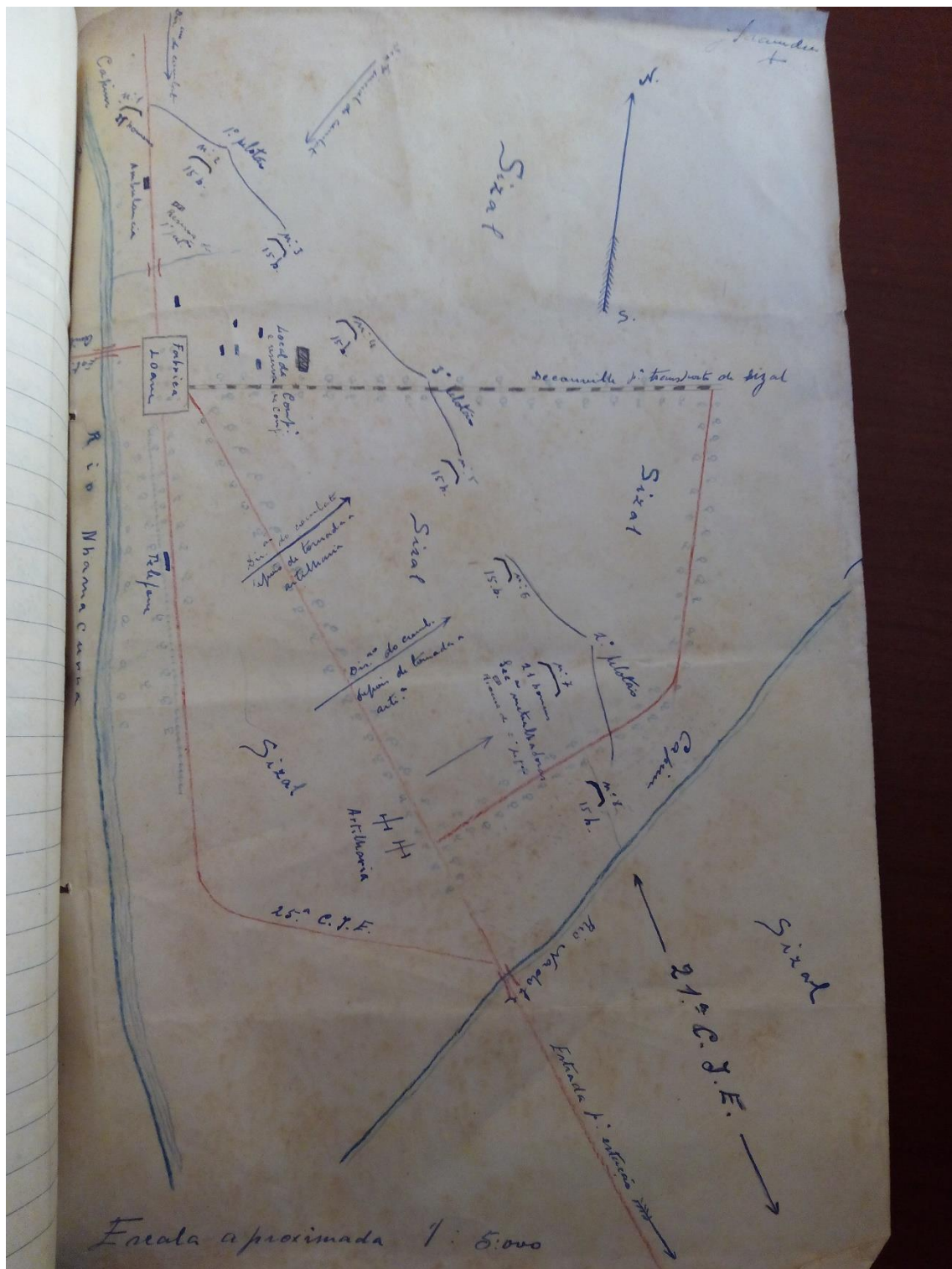


Figura 22: Esboço dos Combates de Nhamacurra

Fonte: (Menezes, 1918)

Anexo O – Croqui dos Combates de Nhamacurra

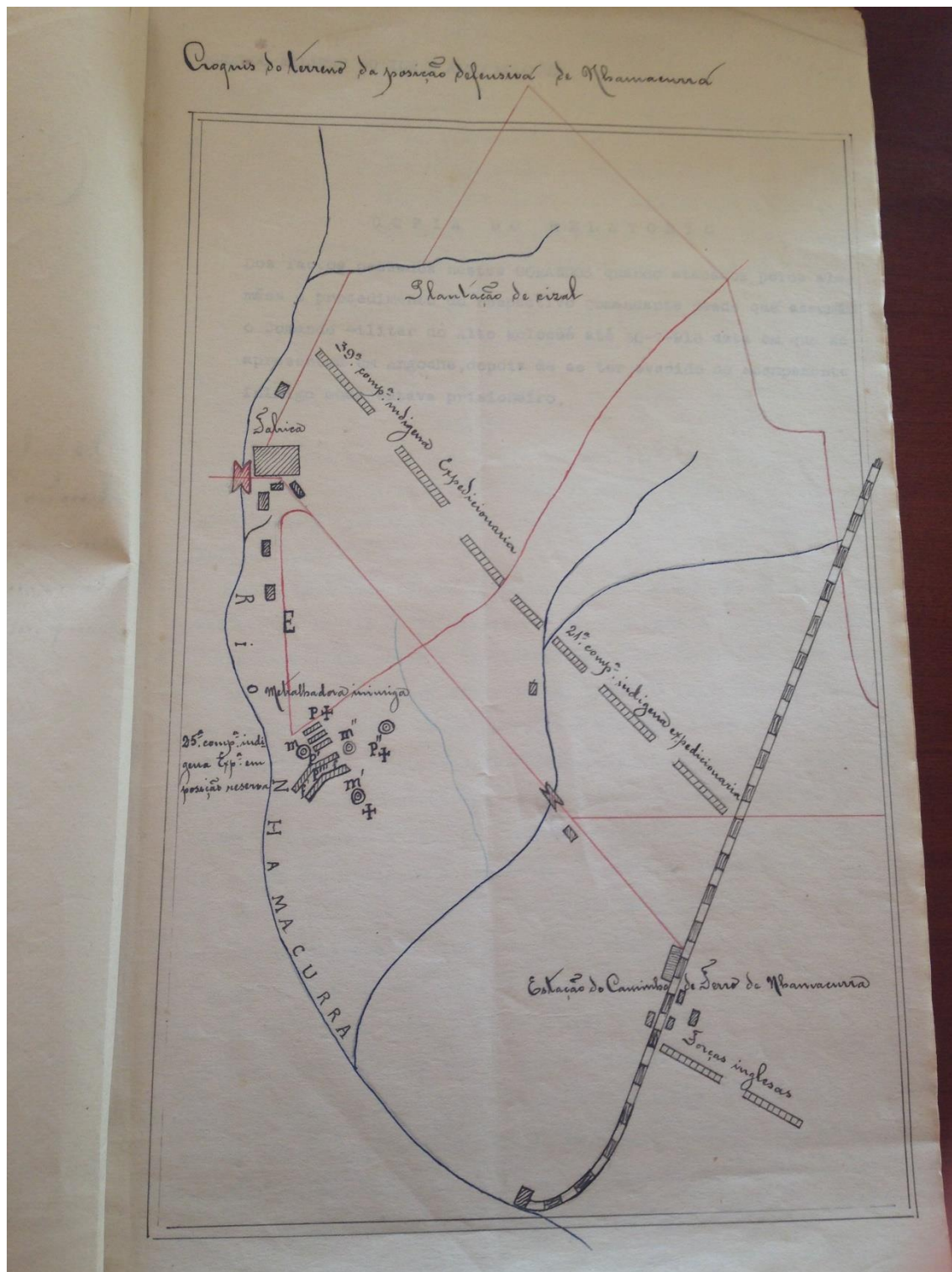


Figura 23: Croqui dos Combates de Nhamacurra

Fonte: (Morais, 1918)

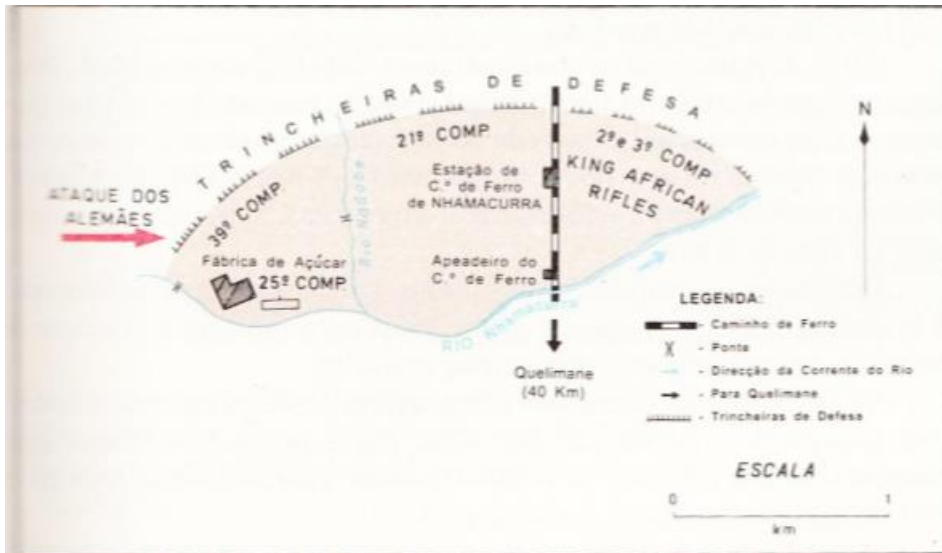


Figura 24: Combates de Nhamacurra

Fonte: (Oliveira, 1994)

Anexo P – Mortes por Doenças em Moçambique

Quadro XL
MILITARES EUROPEUS MORTOS POR DOENÇA
(Lourenço Marques, Tete, Quelimane, Goba)

DOENÇAS	Sepultados em Lourenço Marques (1916 a 1918) (a)	Falecidos no Distrito de Tete (1917 a 1918) (b)	Sepultados no Distrito de Quelimane durante a Grande Guerra (c)	Falecidos no Depósito de Convalescentes de Goba durante a Guerra (d)
Interite aguda	1			
Febre perniciosa	30		4	8
Neoplasia do estômago	1			
Congestão cerebral	1			
Desintéria	100		1	4
Malária	7			
Asthemia geral	2			
Febre palustre	9			
Anemia palustre	77		2	10
Anemia profunda	11			
Pneumonia dupla	1		1	
Impaludismo	19		3	1
Tuberculose pulmonar	24		1	
Tuberculose generalizada	1			
Pneumonia	11			6
Pneumonia gripal	1			
Febre tifóide	1	1	1	
Peritonite	7			
Icterícia	1			
Tétano	1			
Febre intermitente	1		1	
Desintéria aguda	26			
Desintéria amibiana	40			
Sincope cardíaca	2			
Tuberculose ganglionar	1			
Escorbuto	4			
Lesão cardíaca	3			
Bronquite	1			
Nefrite	2			
Sarampo	1			

Figura 25: Mortes por Doenças em Moçambique parte 1

Fonte: (Arrifes, 2004)

DOENÇAS	Sepultados em Lourenço Marques (1916 a 1918) (a)	Falecidos no Distrito de Tete (1917 a 1918) (b)	Sepultados no Distrito de Quelimane durante a Grande Guerra (c)	Falecidos no Depósito de Convalescentes de Goba durante a Guerra (d)
Septicemia	1			
Hepatite	1			
Febre biliosa	26	1	1	6
Diarreia crónica	31			
Gangrena gasosa	1			
Gangrena dos pés	1			
Pleuresia	4			
Abcesso	1			
Psicose palustre	1			
Abcesso quente	1			
Abcesso da região interna	1			
Nefrite e anemia palustre	1			
Cirrose do fígado	2			
Varíola	3			
Meningite cérebro espinhal	1			
Lesões renais	1			
Bronco pneumonia gripal	3		1	
Gripe infecciosa	1			
Influenza epidémica	1		1	
Gripe	8		49	
Gripe pneumónica	4			
Contusões internas com hemorragias	1			
Tétano	1			
Uremia		1		
Abcesso palustre				1

a) – AHM – 2 7 1 52. Estes números foram obtidos em duas relações elaboradas em 1923, destinadas ao Ministério das Colónias as quais são acompanhadas por uma carta não assinada que começa com a seguinte afirmação: “Remeto a V. Ex^a as duas adjuntas relações de militares europeus expedicionários a Moçambique que faleceram e foram sepultados em Lourenço Marques, não indo estas relações completas por não haver os elementos necessários.”

(b) – 2 7 1 52.

(c) – 2 7 33 52.

(d) – 2 7 38 52.

Figura 26: Mortes por Doenças em Moçambique parte 2

Fonte: (Arrifes, 2004)

3.3.4)

No se
Grande G
de a ques
em termo
tar, apesa
A ex
za do ca
algum m
esta pro
sam po
resoluçã

Par
cument
arquivi
trangei
memó

Se
a guer
te, o
dispo
do, co
de gu
missi
AHM
mor

res
terr
AH
tem

73

74

75